



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015 **INCRA - SR 02**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional SR(02) - Ceará

Lista de siglas e abreviações

- APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Associação Crédito do Brasil
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
EAT - Equipe de Articulação Territorial
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS - Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PLpT - Programa Luz para Todos
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC - Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degrada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de Protocolo

-
- SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ.....	9
Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 1.....	10
Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 2.....	12
Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 3.....	14
Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 4.....	15
Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 5.....	16
Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6.....	17
Quadro 8 - Ações Orçamentárias - Programação e Execução Orçamentária e Financeira.....	18
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução física e orçamentária.....	20
Quadro 10 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar.....	21
Quadro 11 -Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	29
Quadro 12 -Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar.....	30
Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	37
Quadro 14 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a agar.....	40
Quadro 15 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional.....	74

Sumário

1- Apresentação	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	9
2.1- Identificação da unidade	9
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional.....	10
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	19
3.3- Desempenho operacional	20
4 - Governança	53
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	53
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	53
5 - Relacionamento com a sociedade	54
5.1- Canais de acesso do cidadão	54
6 - Desempenho financeiro e informações contábeis	56
6.1- Desempenho financeiro do exercício.....	56
6.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	58
6.3 - Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	59
7 - Áreas especiais da gestão.....	66
7.1 - Gestão de pessoas.....	66
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	69
8.1 - Tratamento de deliberações do TCU	69
Recomendação acatada segundo apresentado no item 3.2 execução descentralizada com transferências de recursos. Deste Relatório	70
8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	70
9- Anexos e apêndices	74
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	74
9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	75
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	77
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	82

1- Apresentação

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, Portaria TCU 321/2015, Portaria CGU 522/2015 e das orientações do órgão de controle interno

O Relatório de Gestão 2015 desta Unidade Jurisdicionada - UJ apresenta-se devidamente estruturado cumprindo o dever institucional de prestar contas das suas ações aos órgãos de controle e, especialmente, à sociedade. Encontra-se estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo as informações gerais sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada, incluindo: 1) Apresentação; 2) Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; 3) Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; 4) Governança; 5) Relacionamento com a Sociedade; 6) Desempenho Financeiro e informações contábeis; 7) Áreas especiais de gestão; 8) Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e 9) Anexos e Apêndices.

Nesse contexto, seguiram-se as diretrizes emanadas da direção nacional que postularam a redefinição das prioridades institucionais, enfocando aspectos como a questão tecnológica, com a integração das bases de dados dos diversos cadastros (terras e beneficiários da reforma agrária), uso de sensoriamento remoto para fins de regularização e fiscalização fundiária, automação dos processos para redução de prazos e auto-atendimento online; a questão normativa, com revisão do Regimento Interno, estrutura gerencial e procedimentos operacionais inerentes à automação e ao planejamento de regiões rurais, e não imóveis isolados; resgate do papel arrecadador do Incra, com cobranças de taxas por serviços e certificados emitidos, fiscalização de uso da terra para fins de apuração do Imposto Territorial Rural - ITR e parcerias diversas com a Receita Federal do Brasil; fazer convergir as políticas agrária e agrícola, dando novo impulso à industrialização em escala familiar e cooperativista nos territórios de reforma agrária, elevando a renda das famílias, trazendo às novas gerações oportunidades de empregos e formação tecnológica na indústria e serviços, e também dessa forma contribuindo para a retomada do desenvolvimento através do estímulo à produção e comercialização de bens de capital para as cooperativas e fábricas que serão implantadas com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Visando minimizar os impactos das incertezas nos objetivos do Incra, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar a Política de Gestão de Riscos da Autarquia, sob a coordenação da Diretoria da Gestão Estratégica (DE). O Grupo é formado por 15 colaboradores de diversas áreas e foi oficializado por meio da Portaria Nº 203, de 13 de maio de 2015. Essa Política será fundamental também para a implementação do plano estratégico do Novo Incra.

Consoante com a orientação aludida acima, uma primeira medida adotada no âmbito local foi à definição de um novo cronograma de planejamento para a superintendência, envolvendo quatro etapas, com projeção bienal.

Com relação ao desempenho das atividades, no exercício em foco, destacam-se os resultados na ação Terra Sol, que teve o primeiro projeto aprovado para beneficiar 202 famílias, com a produção de pequenos animais. O avanço significativo nas ações de ATER, hoje beneficiando 12.319 famílias, bem como a efetiva utilização do sistema de monitoramento, o SIATER. Outra ação de forte repercussão é a supervisão ocupacional, com resultados muito acima da meta, possibilitando a retomada de lotes, quando for o caso, e a sua destinação para beneficiários com o perfil da Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, manteve-se o esforço para o efetivo saneamento dos convênios remanescentes da IN 01/97.

Dentre as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos no exercício, em geral, cabe destacar a dificuldade de obtenção de recursos financeiros junto ao Incra Sede, o que impactou em várias ações, a exemplo da obtenção de imóveis para o assentamento de novas famílias. Além disso, existem problemas relacionados com a baixa capacidade operacional da UJ para execução de várias atividades, menos de um servidor por projeto de assentamento. No âmbito dos assentamentos reitera-se o quadro de estiagem como uma importante dificuldade, visto que o mesmo se manteve no exercício em tela, em face do desafio para a subsistência e a manutenção do patrimônio das famílias.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia	CNPJ: 00375972/0004-03	
Principal atividade: Administração pública em geral	Código CNAE: 84.11-6-00	
Código SIORG: 1799	Código LOA: 9201	Código SIAFI: 373045
Contatos		
Telefones/fax: (85) 3299.1303 / (85) 3482.3309		
Endereço postal: Av. Américo Barreira 4700, Bairro Bela Vista CEP 60.440-092, Fortaleza-CE		
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
373045	Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
Não se aplica a UJ	Não se aplica a UJ

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

3.1.1 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 1

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade

Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	800	416
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	13.971	12.319
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Famílias	390	100
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	95	100
Número de créditos instalação supervisionados	Créditos Supervisionados	567	3.736
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PA	5	45
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	PA	24	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR	PA	0	131
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Trabalhador escolarizado	360	385
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado	152	153
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos - EJA	Trabalhador escolarizado	2.057	2.057

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O resultado das principais ações revela avanços importantes e dificuldades nos estágios de implantação. Na Ação Crédito Concedido, ressalta-se que do quantitativo da meta, 800 famílias, 641 eram na modalidade Fomento Mulher, um dos principais requisitos para disponibilizar o crédito para essas mulheres é certificar seus dados junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo - CadÚnico o que só foi possível a partir de outubro. Entretanto, foram aplicados Crédito na Modalidade Apoio Inicia I a 416 famílias. No Terra Sol, ação considerada estruturante para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, a UJ conveniou com a Prefeitura Municipal de Sobral a implantação de uma estação de beneficiamento de galinha caipira que beneficiará 202 famílias em dois projetos de assentamento, entretanto, continuam-se realizar trabalhos com algumas comunidades para definição de novos projetos técnicos, a serem encaminhados para análise no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento. Manteve-se o bom desempenho nas ações direcionadas à questão ambiental nos projetos de assentamento, notadamente na área de gestão ambiental, vez que, esta ação tem caráter continuado. Quanto às licenças protocoladas foram estabelecidas reuniões com o órgão ambiental do Estado resultando na publicação de normativo estadual, com base na resolução CONAMA nº 458/2012, isentando os projetos de assentamento da obrigatoriedade de licenciamento ambiental. Devido ao êxito nas negociações, a UJ deixou de protocolar as 24 licenças ambientais o que levou a uma execução física zerada, evitando assim maiores gastos na ação. Em relação ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, foi firmado Termo de Execução Descentralizada - TED entre o Incra Sede e a Universidade Federal de Lavras, atribuindo a responsabilidade da inscrição dos projetos de assentamento a referida universidade, cabendo a UJ somente o envio das informações cartográficas e cadastrais destes projetos.

A retomada das ações de ATER representaria uma conquista importante na atual gestão, pois, trata-se de uma ação transversal e decisiva para a qualificação dos assentamentos. Inicialmente, envolvendo 3.664 famílias, atualmente estão sendo atendidas 12.319 famílias. Com a previsão de um cenário financeiro mais restritivo para o exercício de 2016, supõe-se que isto poderá atrapalhar uma expansão nas famílias a serem atendidas. Outra ação de grande impacto, refere-se a infraestrutura que no exercício beneficiou 100 famílias, ainda nesta ação, foram assinados dois convênios para atender 341 famílias. Ressalta-se, ainda, que o Pronera vem, ao longo dos anos, capacitando um número significativo de beneficiários, tanto na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como nas ações em parceria com as universidades que estão apresentando resultados reconhecidos nacionalmente.

Finalmente, observa-se um desempenho significativo na supervisão do crédito, resultante da logística proporcionada pela forma de organização dos assentamentos, geralmente mediante atividades mistas além da natureza da ação, onde uma mesma família pode ter acesso a várias modalidades de crédito.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, a exemplo das ações de Infraestrutura, Supervisão do Crédito, ATER, Educação no Campo, Gestão Ambiental e Expedição do CAR.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo.

3.1.2 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 2

i. Descrição

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóveis	18.780	12.091
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóveis	0	0
Número de sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Imóveis	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	ha	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóveis	3.419	7.135
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias	0	1.548
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documentos	-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóveis	-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Imóveis	3.545	6.516

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A UJ atua nas Atualizações Cadastrais, obtendo um desempenho considerado mediano 12.091 atualizações, correspondente a somente 64,38% da meta prevista, que era de 18.780 atualizações. Tal fato ocorreu, principalmente, devido as mudanças do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que demandou treinamento para toda rede de Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que foi concluído, somente, no segundo semestre de 2015. Podemos considerar, também, como fator que contribuiu para o baixo número de atualizações cadastrais, problemas ocorridos na execução dos Convênios de Regularização Fundiária - CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008, contemplando 84 municípios inseridos em seis Territórios da Cidadania; e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, contemplando 41 municípios, em quatro Territórios Rurais no Estado.

Em relação aos imóveis georreferenciados os mesmos são resultantes dos Convênios de Regularização Fundiária - CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, cujas malhas fundiárias dos municípios envolvidos foram encaminhadas pelo IDACE, para análise técnica, por parte da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. O número de imóveis georreferenciado - 7.135, atingiu 208,68% da meta estipulada de 3.419. Espera-se o crescimento do número de imóveis a serem georreferenciados em 2016, tendo em vista a continuidade dos dois Convênios de Regularização Fundiária citados.

A Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento é uma ação estruturante, foram atendidas 1.548 famílias. A meta para esta ação foi centralizada na sede e os recursos atenderam plenamente a execução dos trabalhos realizados. Essas famílias foram beneficiadas tanto com trabalhos ligados ao georreferenciamento, como a demarcação de áreas de reserva legal.

Quanto à Regularização Fundiária, 6.516 imóveis rurais foram regularizados, via indireta, pelo IDACE, representando 183,80% da meta prevista de 3.545. Os citados imóveis são objeto do CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e do CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011. A tendência é que esse quantitativo seja superior nos próximos dois anos, tendo em vista a continuidade do Programa de Regularização Fundiária.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima obtiveram avanços, principalmente, nas ações de: georreferenciamento de imóveis rurais; famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento e imóveis rurais regularizados indiretamente, superando as metas previstas. Apesar disso, ocorreram limitações quanto ao desenvolvimento da ação de atualização de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tendo em vista mudanças no sistema, que demandou a capacitação de toda a rede de Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, no interior do Estado, responsável pela alimentação e/ou análise das atualizações apresentadas.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo.

3.1.3- Plano Estratégico do Incra - Objetivo 3

i. Descrição

Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	9.000,0000	8.099,1760
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóveis	5	5
Número de famílias assentadas	Famílias	362	415
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	0	1.074,8387
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	0	705,5000
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	Lotes/Parcelas	0	403

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

No tocante as ações que compõem este objetivo, a UJ atuou de forma uniforme no alcance das metas estabelecidas. Foram vistoriados quatro imóveis totalizando 90% da meta. Ressalta-se que estes imóveis, quando da desapropriação, deverão criar 122 vagas para famílias agricultoras.

Uma ação importante é o Estudo da Cadeia Dominial, pois, esta dá respaldo jurídico aos imóveis que estão em processo de desapropriação, atingiu-se 100% da meta estabelecida. Há necessidade de avanços na execução e criação de novos projetos de assentamento, para atendimento de novas famílias. No exercício foi criado somente um projeto com capacidade para assentar 17 famílias, além da imissão na posse de um imóvel com capacidade de 21 famílias. Não obstante ressalta-se que no exercício foram enviados a Brasília a solicitação para decretação de seis imóveis com capacidade para assentar 199 famílias. Destaca-se, ainda, o assentamento de 415 famílias, todas em projetos de assentamento federais existentes.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se os resultados obtidos nos indicadores do objetivo descrito acima, positivos, a exemplo das ações de Vistoria e Avaliação, Elaboração de Estudo de Cadeia Dominial, Número de Famílias Assentadas e Supervisão Ocupacional. Apesar do envio de seis imóveis para decretos a Brasília, só foi possível a criação de um projeto no exercício. Não comprometendo o desempenho da UJ.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo.

3.1.4 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 4

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade

Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 4

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Famílias	641	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Famílias	-	1.151

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A UJ conseguiu trabalhar esta modalidade de crédito somente no final do exercício, quando passou a ter acesso à base de dados do CadÚnico. A partir dai, foram identificadas 1.139 mulheres a serem beneficiadas seguindo-se a emissão dos seus respectivos contratos de crédito a serem assinados em 2016. Em observância ao que preconiza a chamada publica de ATER a UJ através das contratadas acompanha diversas políticas voltadas para as mulheres como, por exemplo, os quintais produtivos, feiras agro-ecológicas e encontros de informação de mulheres.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Com relação a modalidade Fomento Mulher, a UJ trabalhou somente a partir de outubro, quando passou a ter acesso a base de dados do CadÚnico. Entretanto, a partir dai, foram identificadas 1.139 mulheres a serem beneficiadas seguindo-se a emissão dos seus respectivos contratos de crédito que serão assinados em 2016	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo.

3.1.5- Plano Estratégico do Incra - Objetivo 5

i. Descrição

Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 5

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	ha	857,7580	544,8161
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	ha	3.955,6963	2.338,2893
Número de Relatórios Antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório	0	1
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID	3	1
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	Famílias	0	1.548
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documento	-	-
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Documento	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Titulo	0	0
	ha	73,9008	565,3679

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2015 foram vistoriados oito imóveis, sendo: sete no Território Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras (Tamboril/CE) e um no Território Quilombola de Alto Alegre e Base (Horizonte e Pacajus/CE), perfazendo uma área total de 544,8161 ha, representando 63,51% da meta prevista 857,7580 ha. Para o quantitativo de área reconhecida em Portaria, totalizou 2.338,2893 ha, relativo a comunidade quilombola de Serra dos Chagas. Não foi possível atingir a meta prevista de 3.955,6963 ha, em virtude da demora no julgamento de recursos de outros RTIDs, previstos para publicação de portaria.

Em relação a Relatório Antropológico concluiu-se o da Comunidade de Água Preta (Tururu/CE). No caso da meta de RTID publicado atingiu-se apenas 33,33%, com a publicação do relatório da Comunidade Córrego de Uaranas (Aracati/CE), devido ao fato de a Diretoria Fundiária ter autorizado a publicação de apenas um relatório e não ter sido possível a conclusão do RTID da Comunidade Córrego dos Iús. Ressalta-se o início da elaboração de dois novos RTIDs nas comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE).

Quanto às indenizações, superou-se em muito a meta prevista que era de 73,9008 ha, tendo sido indenizados 565,3679 ha. Ressalta-se que, dos imóveis indenizados, dois foram imitidos na posse do INCRA no ano de 2015, o equivalente a 223,5794 ha.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
<p>Os trabalhos relativos à ação dos territórios quilombolas, obedecem em geral, varias etapas até a conclusão do trabalho final da ação, que culmina com a sua titulação. Assim, os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, principalmente no que diz respeito às avaliações dos imóveis inseridos nos dois Territórios Quilombolas decretados em 2013; conclusão de um Relatório Antropológico - Comunidade de Água Preta (Tururu/CE); início dos trabalhos de elaboração de dois RTIDs nas comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE); publicação de uma portaria de reconhecimento em 2015.</p>	<p>O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.</p>	<p>O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo</p>

3.1.6- Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	-	-	212

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Incra não tem meta específica para jovens assentados, pois as metas são definidas somente para o assentamento de famílias em geral. Entretanto, foram assentadas no exercício 212 famílias pertencentes a este grupo, 51,7% das famílias assentadas.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
<p>O Caderno de Metas não prevê meta específica para jovens assentados, entretanto, considerando o percentual de 51,7% das famílias assentadas pertencem a este grupo, a UJ</p>	<p>O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas,</p>	<p>O Caderno de Metas não prevê metas para longo prazo.</p>

considera um bom desempenho.

juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2015 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.

3.1.7- Ações Orçamentárias - Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Quadro 8 - Ações Orçamentárias

Ação Orçamentária	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadas	Valores Pagos
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	405.716,09	169.346,28	113.351,04	110.520,12	92.520,12
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	179.993,00	162.517,14	161.157,96	153.159,72	142.540,36
0427 - Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	2.302.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210S - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	24.843.284,36	12.334.021,98	12.300.049,59	3.725.487,10	2.801.246,29
210T - Promoção da educação no campo	1.316.548,00	926.991,62	924.448,92	754.296,57	751.296,57
210U - Organização da estrutura fundiária	205.455,70	143.726,58	137.532,68	119.119,35	101.232,68
211A - Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	4.925.052,00	4.940.674,80	4.858.262,24	2.239.083,38	693.153,18
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	0,00	302.659,24	302.464,65	302.464,65	0,00
2000 - Administração da unidade	1.908.959,72	2.208.103,23	2.198.833,25	2.085.439,77	1.788.065,51

Como resultados da execução da Programação Orçamentária e Financeira observa-se que, na Ação Orçamentaria. 210S - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária, a UJ buscava a universalização do atendimento o que resultaria na expectativa do orçamento supra citado. Todavia, não se confirmou aquela previsão. Não obstante, a UJ ampliou em 2015, a margem de atendimento da ATER, utilizando aproximadamente 50% do orçamento. Nesse contexto observa-se que unidade executou de modo satisfatório o orçamento.

Ressalta-se que em face do cenário econômico restritivo ocorreram dificuldades nas liberações dos recursos financeiros, tanto no montante recebido como também nos prazos, impactando no desempenho de algumas ações.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	11	Prestadas	Dentro do prazo	1
Total de valores repassados R\$	1.250.604,66	Não prestadas	Fora do prazo	0

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

A UJ adota como providências para cumprimento dos prazos estabelecidos pelas portarias interministeriais nº 127/2008 e nº 507/2011, notificação, por ofício, as convenentes para apresentação das prestações de contas no prazo estabelecido. Quando as prestações de contas não são apresentadas no prazo estipulado, conforme portarias interministeriais e notificações, as convenentes são registradas como inadimplentes no sistema SICONV/SIAFI. Estas providências foram efetivas para apresentação das prestações de contas por parte das convenentes.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 9: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução Física e Orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und) Sistema mantido (und)	18.780	12.091	179.993,00	162.517,14	161.157,96	153.159,72	142.540,36	10.619,36
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	3.545	6.516	160.979,00	111.892,93	111.372,13	97.958,80	82.872,13	15.088,67
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Área Diagnosticada (ha)	3.419	7.135	44.476,70	31.833,65	26.160,55	21.160,55	18.360,55	2.800,00

210U	Gestão de Terras Públicas		0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	3.955,696	2.338,2893	156.137,00	156.136,70	100.191,46	100.191,46	82.191,46	18.000,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	73,9008	565,3679	249.579,00	13.209,58	13.159,58	10.328,66	10.328,66	0,00

Quadro 10: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Resto a Pagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - PO01	Atualização Cadastral (und)	-	0	22.772,67	0,00	22.772,67	0
2105	Regularização Fundiária - Gerenciamento e	Atualização Cadastral (und)	-	0	2.415,66	0,00	2.415,66	0

	Fiscalização do Cadastro Rural - PO2							
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	0	4.171.705,50	0,00	0,00	4.171.705,50
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	0	1.673,58	0,00	1.673,58	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	0	439.539,59	0,00	439.539,59	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

Na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foram atualizados no SNCR, 12.091 imóveis, representando 64,38% da meta prevista. Tal fato ocorreu, principalmente, devido mudanças do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que demandou treinamento para toda rede de Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que foi concluído, somente, no segundo semestre de 2015. Podemos considerar, também como fator que contribuiu para o baixo número de atualizações cadastrais, problemas ocorridos na execução dos Convênios de Regularização Fundiária - CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008, contemplando 84 municípios inseridos em seis Territórios da Cidadania; e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, contemplando 41 municípios, em quatro Territórios Rurais no Estado.

Na Ação 210U - Georreferenciamento da Malha Fundiária/Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - Regularização indireta, foram georreferenciados 7.135 imóveis rurais, através dos Convênios: INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011. Esse quantitativo representa 208,68% da meta prevista inicialmente, que era de 3.419 imóveis. Ainda, quanto à Regularização Fundiária indireta, obteve-se, 6.516 imóveis regularizados, representando 183,80% da meta prevista.

Em relação ao Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, através de execução direta, pelo o INCRA, foram georreferenciados 99 imóveis 59 de particulares e 40 do INCRA, com uma área total de 121.830,4640 ha, sendo, 45.700,1667 ha de particulares e 76.130,2973 ha do INCRA. Todos esses imóveis foram devidamente certificados.

Também foram certificados através do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, 288 imóveis, totalizando 108.450,1101 ha.

Na Ação 210Z - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Território Quilombolas, tivemos as seguintes atividades executadas: concluiu-se um Relatório Antropológico da Comunidade de Água Preta (Tururu/CE); foi publicado um RTID - Comunidade Córrego de Ubaranas (Aracati/CE); trabalhou-se ainda no acompanhamento e monitoramento de três RTIDs em elaboração comunidades de Correjo dos Iús (Acaraú/CE), Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE); e trabalhou-se na proposição da publicação de uma portaria de reconhecimento da comunidade de Serra dos Chagas (Salitre/CE).

Destaca-se, também, a realização de duas reuniões da Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas. Ainda, promoveram-se ações visando a participação do maior número de entidades possíveis, nas reuniões da Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Ceará.

No tocante à avaliação dos imóveis inseridos nos Territórios Quilombolas decretados em 2013, trabalhou-se no ano de 2015 em conjunto com a Divisão de Obtenção de Terras - SR(02)T. Quanto a emissão das Declarações de Aptidão - DAP Quilombola, foi trabalhada a integração com a Divisão de Desenvolvimento - SR(02)D.

Em nível de Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(02)F, ressaltamos, ainda, o desenvolvimento de outras atividades estratégicas no exercício de 2015 como:

- a implantação de nove novas Unidades Municipais de Cadastramento - UMC;
- a renovação de 15 Termos de Cooperação Técnica - TCT, com as Prefeituras Municipais;
- a capacitação de 159 responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramentos - UMC, 20 técnicos do IDACE e 13 técnicos do INCRA;
- o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos de Regularização Fundiária relativo ao CONVÊNIO/INCRA/IDACE/nº 24.000/2011.

Essas atividades estratégicas buscaram, dentre outros objetivos, a integração com as UMC e a divulgação junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e demais entidades do novo processo de Certificação de Imóveis Rurais, com a utilização do SIGEF.

Quanto à execução financeira, na ação de Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, ficou inscrito em restos a pagar R\$ 4.171.705,50 referente ao pagamento da 2ª parcela do CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, visando à execução do Programa de Regularização Fundiária em 41 municípios do Estado do Ceará.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2015	
Processos protocolados	
Estoque inicial de processos protocolados até 2015	1053
Processos protocolados em 2015	+ 59
Processos analisados em 2015	- 99
Estoque final de processos protocolados em 2015	=
	1013
Processos analisados	
Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	49
Processos analisados em 2015	+ 59
Processos arquivados em 2015 (a)	- 0
Processos certificados em 2015 (b)	- 99
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	= 9
Processos concluídos	
Processos arquivados em 2015 (a)	+ 0
Processos certificados em 2015 (b)	+ 99
Total de processos concluídos (a + b)	99

Análise

As atividades de Cartografia desenvolvidas pela Divisão de Ordenamento - SR(02)F, estão voltadas, na sua maioria, para o acompanhamento, supervisão e monitoramento do Programa de Regularização Fundiária, que vem sendo executado pelo IDACE em convênio com o INCRA(CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011). Essas atividades estão direcionadas para a atuação do Comitê Regional de Certificação de Imóveis Rurais, quando da análise dos processos de certificação. Assim sendo, destaca-se:

1. Demonstração do grau de conhecimento da Malha Fundiária, na jurisdição da Superintendência Regional, em base cartográfica, que foi elaborada em ambiente CAD (software MicroStation) e recentemente migrada para o Sistema de Informações Geográficas - SIG (ArcGis) sendo composta da seguinte forma:

- Imóveis Certificados - contempla todos os imóveis que foram certificados até dezembro de 2015, com 983 certificações realizadas pelo SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis e 487 certificações realizadas pelo SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária, totalizando 1.470 imóveis certificados;

- Imóveis Vistoriados - é composto por todos os imóveis vistoriados até dezembro de 2015, totalizando 544 imóveis;
- Projetos de Assentamento - até dezembro de 2015 foram criados 414 projetos;
- Territórios Quilombola - foram identificados até dezembro de 2015, 16 territórios quilombolas;
- Imóveis adquiridos pelo Crédito Fundiário/IDACE;
- Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Assentamento: 627 áreas, totalizando 177.348 ha.
- Imóvel objeto dos Convênios de Regularização Fundiária - estes imóveis são resultantes da ação de georreferenciamento objeto de todos os convênios celebrados entre INCRA/IDACE, totalizando 170.271 imóveis.

2. Estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita, de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015/1973.

A estratégia de atuação para atendimento a essa exigência legal encontra-se configurada através do processo de georreferenciamento por varredura dos municípios, que está sendo executado por força dos convênios firmados entre INCRA e IDACE, para a Regularização Fundiária de imóveis até quatro módulos fiscais, onde são detectados os imóveis contemplados pela legislação supracitada. O IDACE fornece as peças técnicas destes imóveis ao INCRA, para fins de certificação e posterior regularização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis - CRI.

3. Número de processos de certificação de imóveis rurais protocolados (passivo anterior ao exercício e no exercício). Conforme Sistema de Gestão de Certificação de Imóveis Rurais, desde a implantação da Lei nº 10.267/2001 até dezembro de 2015, apresentados abaixo.

	P	R	O	C	E	S	S	O	S
T O T A L	Certificados		Passivo		Exercício 2015		Certificados 2015		
1.053	983		70*		59		99**		

*sendo 49 processos que estão aguardando a entrega de documentação ou elementos técnicos para a conclusão da análise e 21 processos que foram arquivados em exercícios anteriores.

**incluindo certificações cujos processos são de exercícios anteriores.

4. Planejamento da atuação da Superintendência Regional para georreferenciamento do passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, destacando o número desse passivo, custos, rendimento na execução dos serviços e previsão para o final do PPA 2012/2015.

Contabiliza-se 414 projetos de assentamento, sendo que, até 2015, somente 231 projetos foram georreferenciados através de empresas que participaram de processo licitatório. Ressalta-se que os convênios firmados entre Incra e IDACE para a Regularização Fundiária, através do processo de georreferenciamento por varredura dos municípios, vêm contemplando os demais 183 projetos de assentamento que ainda não foram georreferenciados.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

As metas estabelecidas para a ação de Regularização de Territórios Quilombolas contemplam atividades desde o início dos trabalhos de campo, ou seja, da elaboração do RTID de cada território quilombola, com a instrução processual, em suas diversas fases, visando a decretação

de interesse social para fins de Regularização Fundiária dos respectivos territórios, com a consequente avaliação dos imóveis inseridos nesses territórios, objetivando a titulação definitiva dos mesmos. Assim, foram executadas no exercício de 2015 as seguintes atividades:

- Avaliação de oito imóveis, sendo: sete no Território Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras (Tamboril/CE) e um no Território Quilombola de Alto Alegre e Base (Horizonte e Pacajus/CE), perfazendo uma área total de 544,8161 ha, representando 63,5% da meta prevista;
- Instrução processual que culminou no reconhecimento através de portaria de 2.338,2893 ha, correspondente a uma comunidade quilombola de Serra dos Chagas (Salitre/CE). Esse total representa 59,11% da meta prevista de 3.955,6963 ha.
- Instrução processual que culminou na conclusão de um Relatório Antropológico - Comunidade de Água Preta (Tururu/CE), atingindo 50% da meta prevista.
- Instrução processual que culminou na Publicação de um RTID - Comunidade Córrego de Ubaranas (Aracati/CE), correspondente a somente 33,33% da meta prevista, devido ao fato de a Diretoria Fundiária ter autorizado a publicação de apenas um relatório e não ter sido possível a conclusão do RTID da Comunidade Córrego dos Iús. Ressalta-se o início da elaboração de dois novos RTIDs nas comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE).
- Instrução processual visando a concretização das indenizações dos imóveis avaliados. Quanto às indenizações, superou-se em muito a meta prevista que era de 73,9008 ha, tendo sido indenizados 565,3679 ha. Ressalta-se que dos imóveis indenizados, dois foram imitidos na posse do Incra no ano de 2015, o equivalente a 223,5794 ha.
- O processo de regularização de territórios quilombolas é bastante complexo e, na maioria das vezes, o prosseguimento não depende apenas do esforço dos servidores do Incra, mas do empenho de outros órgãos. Assim, visando dar celeridade ao procedimento e solucionar eventuais entraves produzidos ao longo do processo, a Superintendência Regional, orientada pelo Incra Sede instituiu, em setembro de 2013, uma Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização de Territórios Quilombolas, com o objetivo de identificar, discutir e encaminhar soluções sobre a regularização quilombola, envolvendo diversos órgãos governamentais e comunidades quilombolas.

Foram realizadas em 2015, duas reuniões da Mesa Quilombola, com a participação de diversas entidades envolvidas na temática.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

As atividades de gestão envolvem a operacionalização e o controle dos seguintes sistemas:

- **Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR**, permite o acompanhamento e gerenciamento de todas as atualizações cadastrais processadas pelo sistema. Permite, também, o controle de operações envolvendo a inibição de atualizações cadastrais para imóveis com caracterização predefinidas, através da utilização de filtros de comando. Também, é possível se fazer auditagem de atualizações de imóveis, bem como da utilização do sistema, por usuário;
- **Sistema Nacional de Certificação de Imóveis - SNCI** - permite o acompanhamento, monitoramento e controle de todos os processos de certificação de imóveis rurais. Esse sistema vem sendo substituído paulatinamente pelo Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, que foi implantado no final do exercício de 2013;
- **Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros - SISNATE**, que permite o acompanhamento, monitoramento e controle das aquisições de terras por estrangeiros.

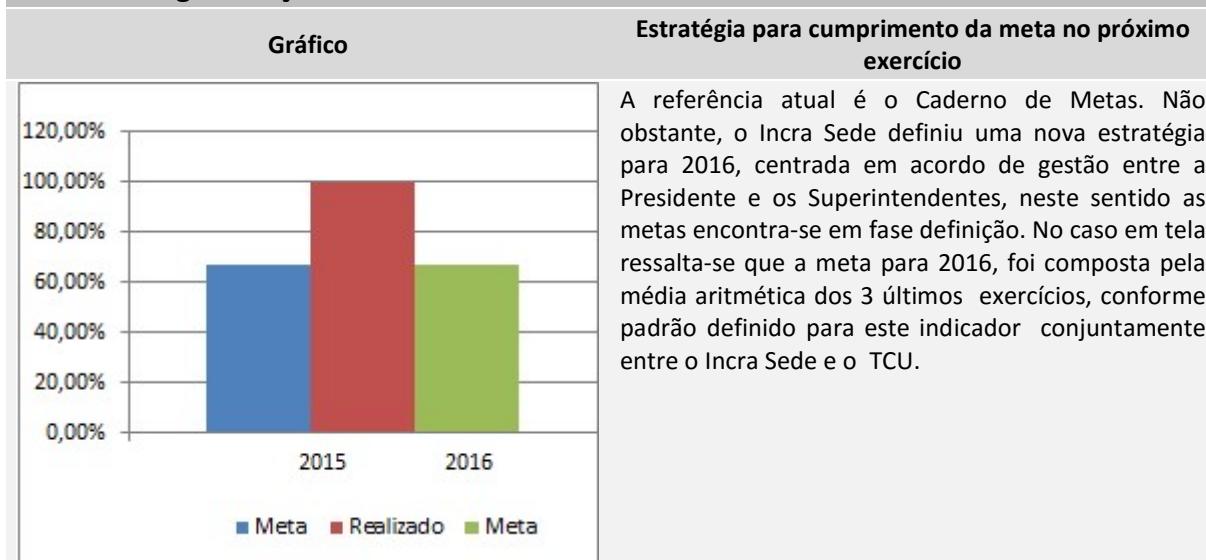
- Relatórios de gerenciamento literal e gráfico enviados pelo IDACE - extraídos do seu banco de dados específico, que permitem o monitoramento e acompanhamento das atividades relacionadas com a execução do Programa de Regularização Fundiária, objeto de convênios com aquela instituição.

v. Demonstraçao dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de cadastramento de imóveis rurais											
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta (%)</th> <th>Realizado (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>70</td> <td>82</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>72</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta (%)	Realizado (%)	2015	70	82	2016	72	-	<p>A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase de definição.</p>	
Ano	Meta (%)	Realizado (%)									
2015	70	82									
2016	72	-									

Índice de análise de processos de certificação de imóveis											
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta (%)</th> <th>Realizado (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>100</td> <td>160</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>120</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta (%)	Realizado (%)	2015	100	160	2016	120	-	<p>No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Ressalta-se que a meta para 2016, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Entretanto, para o próximo exercício a UJ irá notificar os credenciados e proprietários dos imóveis que estão com pendências de documentação ou técnicas, para que apresentem os elementos necessários a conclusão de análise destes processos, bem como, solicitará a estes que utilizem o SISGEF para certificação destes imóveis.</p>	
Ano	Meta (%)	Realizado (%)									
2015	100	160									
2016	120	-									

Índice de regularização fundiária



vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2015	0
Processos protocolados em 2015	+ 0
Analizados em 2015	- 0
Estoque final	= 0
Planejados para atuação em 2016	0

Análise

Como o processo de titulação dos imóveis atendidos pela regularização fundiária é realizado pelo Governo do Estado através do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, não há abertura de processos de regularização destes imóveis nesta Superintendência Regional.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2015	
Processos analisados em 2015	
Planejados para atuação em 2016	

Análise

Não se aplica a esta UJ

3.3.2 - Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 11: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução Física e Orçamentária

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa líquida	Valores pagos	Restos a pegar
211A	Viatoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	9.000,000	8.099,176	175.150,00	185.470,00	168.810,61	153.450,14	153.450,14	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	362	415	103.000,00	103.000,00	82.178,99	76.674,50	67.674,50	9.000,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	1.074,8387	0,00	302.659,24	302.464,65	302.464,65	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	705,5000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	5	45	22.162,00	22.162,00	19.510,31	19.510,31	19.510,31	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	24	0	72.000,00	72.000,00	29.719,53	25.219,53	25.219,53	0,00

Quadro 12: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos Apagar

Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Execução de restos a pagar					
			Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	0	0	2.830,12	0,00	2.830,12	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	0	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	657.785,80	0,00	81.366,70	576.419,10
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitulado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamento	Licença protocolada	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

A Divisão de Obtenção da Superintendência Regional trabalhou com uma meta de 9.000,0000 ha a serem vistoriados. No exercício de 2015 a UJ finalizou a entrega de quatro laudos de vistoria, totalizando 8.099,1760 ha, correspondente aos imóveis, Fazenda Jurema, Fazenda Nogueira, Fazenda Volta dos Almeidas e Fazenda Unha de Gato atingindo assim 90% da meta definida. Para a realização da meta de vistoria de imóveis rurais foram orçados R\$ 175.150,00 dos quais recebeu-se R\$ 185.470,00 e portanto a UJ teve uma suplementação de recurso o que corroborou com o bom desempenho no exercício. A atualização da Planilha Preferencial de Referência - PPR consumiu grande parte destes recursos. Ressalta-se que em 2015, a UJ teve dificuldade na obtenção de financeiro por parte do Incra Sede, pois em geral, são liberados tardiamente, dificultando a execução da meta.

Para Ação de Cadastro e Seleção, considerando-se a dificuldade de criar novas vagas para assentamento de famílias em novos projetos de assentamento, UJ trabalhou na atividade de retomada de lotes, substituição de assentados e ocupação de vagas ociosas dentro dos assentamentos. Nesse sentido assentou-se 415 famílias em áreas existentes. Para a operacionalização desta meta foram destinados R\$ 103.000,00.

Em 2015, foi desapropriado apenas um imóvel, Lagoa de Dentro, localizado no Município de Itapipoca - CE de 1.149,7480 ha, com capacidade de assentar 21 famílias. Também, emitiram-se Títulos da Dívida Agrária - TDA, do imóvel Cajueirinho e Pedra Branca de 1.074,8387 ha com capacidade de assentar 17 famílias. Ressalta-se que a UJ encaminhou seis kits decreto a Brasília com área total de 8.666,2100 ha para atender 199 famílias.

Na ação de Gestão Ambiental, os trabalhos continuam tendo como foco principal, a valorização dos ativos florestais existentes em áreas de reforma agrária. No momento procura-se acompanhar e colaborar com os parceiros no limite das nossas atribuições institucionais. Em relação aos projetos de manejo florestal, apesar das dificuldades de ordem, operacional, financeira e burocrática, os mesmos tiveram avanço significativo, como vemos a seguir: dos 13 planos de manejo financiados com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, todos encontram-se com autorização de execução pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente e parte destes, encontram-se em plena execução. Com relação aos 11 planos de manejo, oriundos da Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 01/2012, encontram-se em processo de aprovação pelo Órgão Ambiental do Estado do Ceará. Os 20 planos de manejo, oriundos da Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 05/2013, encontram-se em fase de elaboração e deverão ser protocolados no Órgão Estadual de Meio Ambiente, até maio de 2016.

Para esta ação a meta física estabelecida, de cinco projetos de assentamento beneficiados/monitorados, foram realizadas ações de gestão ambiental em 45 projetos de assentamento.

Em relação ao recurso financeiro disponibilizado para o desenvolvimento dessa ação, do valor total recebido de R\$ 22.162,00 foram aplicados R\$ 19.510,31 principalmente, no monitoramento e valorização dos ativos para fins do manejo florestal.

Destaca-se a importância desta ação para os projetos de assentamento, pois os Planos de Manejo Florestal são excelentes instrumentos de geração de renda e, em consequência, criam melhores condições para a permanência das famílias nesses projetos.

No tocante à Ação de Licenciamento Ambiental, com a adoção dos procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA Nº 458/2013, que estabeleceu novos procedimentos para licenciamento ambiental de projetos de assentamento e revogou a Resolução CONAMA nº 387, de 27 de dezembro 2006. Em 08 de outubro de 2015, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, editou a Resolução COEMA Nº 17/2015, que isenta de licenciamento ambiental os projetos de assentamento de reforma agrária, seus beneficiários, suas associações e demais agricultores familiares.

Considerando a edição da resolução supracitada, não foi necessário protocolar requisições de licenças ambientais (LP e LIO) no exercício de 2015, contudo, a UJ apresenta um total de 46 licenças em vigor.

Com relação aos recursos financeiros destinados a esta ação, foram provisionados, R\$ 72.000,00, e aplicados R\$ 25.219,53. Esses recursos foram utilizados em vistorias técnicas para definição/adequação de áreas de reserva legal de projetos de assentamento, visando o atendimento das exigências legais e ambientais.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, destaca-se, que com a formalização entre o INCRA e a Universidade Federal de Lavras - UFLA, do Termo de Execução Descentralizada - TED, a Universidade ficou responsável pela inscrição de todos os assentamentos do Brasil no Cadastro Ambiental Rural - CAR. Às Superintendências Regionais couberam o fornecimento das informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a sua jurisdição. Em relação a esta ação, a UJ enviou à Universidade Federal de Lavras todas as informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a jurisdição desta superintendência, para inscrição dos mesmos no SICAR. Até o final do exercício de 2015, foram inscritos 131 projetos.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Dentre as estratégias destaca-se o instrumento das Rotas de Obtenção, que identifica áreas com potencial para a implantação de projetos de assentamento, mostrando as fontes de recursos hídricos, políticas públicas, dentre outras variáveis que possam alavancar atividades dos assentamentos rurais, além de fazer cruzamentos de informações de grande propriedades rurais no SNCR. A UJ também mantém relação com outras instituições, como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE e a Coordenação de Crédito Fundiário no Ceará - COCREDE - na indicação de áreas úteis para reforma agrária.

Com todo o aparato técnico de prospecção de terras para reforma agrária, ainda prevalece a vistoria oriunda das demandas por imóveis rurais dos movimentos sociais, associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Em 2015, a UJ desapropriou um imóvel, Lagoa de Dentro, localizado no Município de Itapipoca - CE. A equipe de vistoria não detectou degradação ambiental em Áreas de Reserva Legal - ARL ou aptas para a delimitação de uma ARL, nem em Áreas de Preservação Permanente - APP neste imóvel, entretanto, este não possuía área de reserva legal definida em cartório. Diante desse fato, o Setor de Meio Ambiente desta UJ deverá determinar uma área de reserva legal com maior relevância ambiental que reúna uma cobertura vegetal com maior densidade de espécies nativas da região do imóvel, devendo depois incluir as informações do referido imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

No tocante à Ação de Licenciamento Ambiental, destacam-se os esforços empreendidos pelo Serviço de Meio Ambiente desta UJ. Em inúmeras reuniões realizadas com o Órgão Estadual de Meio Ambiente, tendo como enfoque a necessidade da adoção dos procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 458/2013, ou seja, a dispensa de licenciamento de projetos de assentamento de reforma agrária, estabelecendo que são passíveis de licenciamento apenas as atividades agrossilvopastoris e os empreendimentos de infraestrutura desenvolvidas no interior do assentamento, mediante procedimento simplificado (Art.3º § 1º).

Como resultado destes esforços, o Órgão Estadual de Meio Ambiente adotou os procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 458, de 16 de julho de 2013, que estabeleceu novos procedimentos para licenciamento ambiental de projetos de assentamento e

revogou a Resolução CONAMA nº 387, de 27 de dezembro 2006. Em 08 de outubro de 2015, o Conselho Estadual de Meio Ambiente -COEMA, editou a Resolução COEMA Nº 17/2015, que isenta de licenciamento ambiental os projetos de assentamento de reforma agrária, seus beneficiários, suas associações e demais agricultores familiares. A edição da Resolução supracitada, trás além da diminuição de custos com pagamento de taxas de licenciamento, maior celeridade do processo de obtenção de terras e a eliminação da possibilidade de geração de passivo ambiental para o Incra e consequentemente aos beneficiários do programa de reforma agrária.

Considerando a edição da Resolução COEMA Nº 17/2015 não foi necessário protocolar requisições licenciais (LP e LIO) no exercício de 2015.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, destaca-se, ainda, que com a formalização entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras - UFLA, do Termo de Execução Descentralizada - TED, a Universidade ficou responsável pela inscrição de todos os assentamentos do Brasil no Cadastro Ambiental Rural - CAR. Às Superintendências Regionais coube o fornecimento das informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a sua jurisdição. Em relação a esta ação, UJ enviou à Universidade Federal de Lavras todas as informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a jurisdição desta UJ, para inscrição dos mesmos no SICAR. Até o final do exercício de 2015, foram inscritos 131 projetos.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a esta UJ

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro
Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda - Dec. 433/92	5	31/dez/2017	Div. Obtenção/Div. Administração
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	26	31/dez/2017	Div. Obtenção/Div. Administração
Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratauita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros	1	31/dez/2017	Div .Obtenção/Div. Administração

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2015
1.2.3.2.1.04.24	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR. AGRÁRIA	0,00

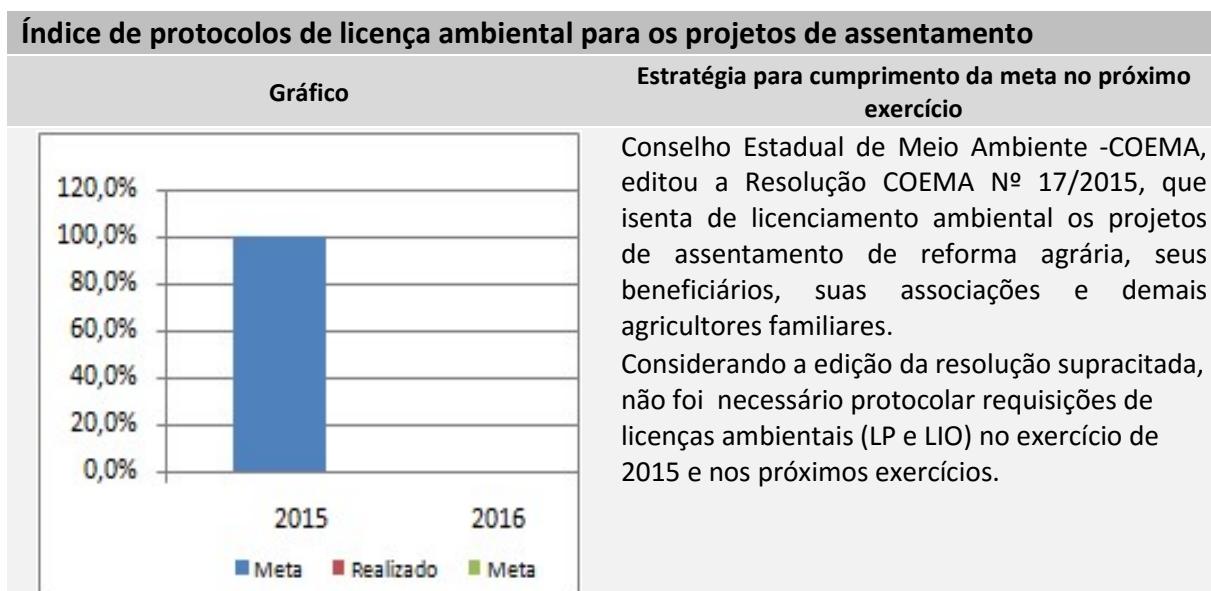
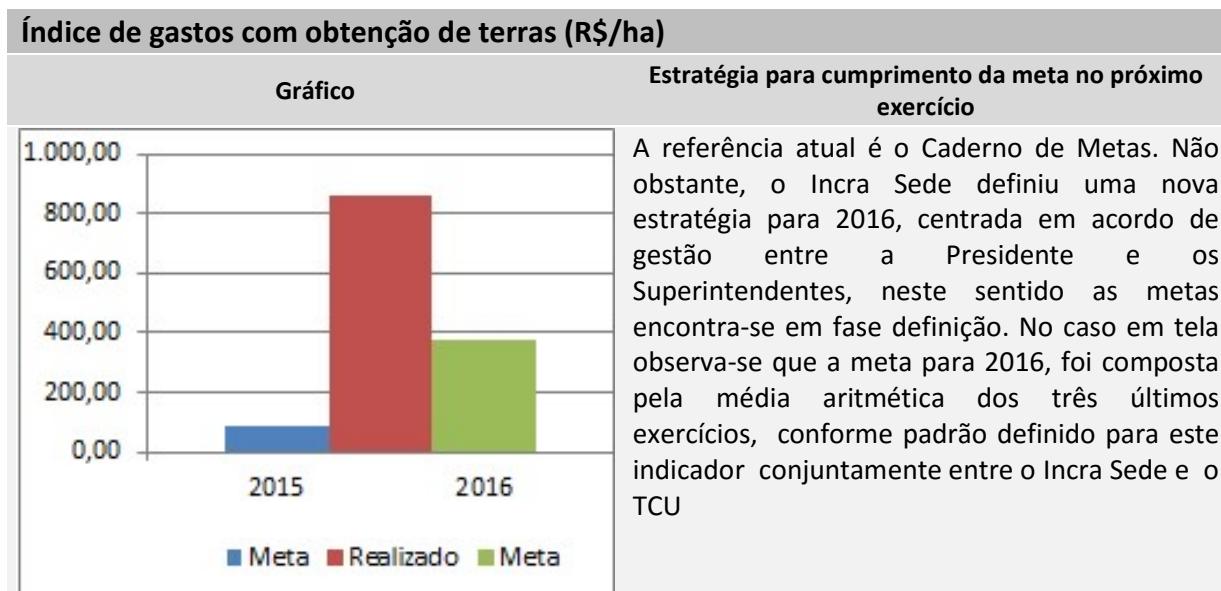
vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Após a instituição das portarias MDA nº 5, 6 e 7 de janeiro de 2013 e suas recentes alterações, a dinâmica de desapropriação tomou uma nova dimensão, tornando muito mais ágeis os processos envolvidos na vistoria de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Imóveis vistorias após a edição da supracitada portaria e suas respectivas alterações passaram a ter um procedimento muito mais enxuto com o envolvimento do Incra Sede e do MDA, que passaram a ser responsáveis pelas consultas sobre o interesse dos demais órgãos da administração pública federal sobre as áreas alvos de vistoria, diminuindo assim o tempo de tramitação dos processos administrativos dentro das superintendências regionais. Apesar das alterações nas portarias e normativos, houve imprevistos que adiaram a decretação e, consequentemente, o pagamento de imóveis passíveis de desapropriação para a criação de novos projetos de assentamento federais no Ceará.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Obtenção da UJ está dividida de acordo com suas atividades fins, como núcleos auto-gestores. Portanto, as informações relativas a realização e o planejamento dessas atividades fim são elaboradas e acompanhadas tanto pela equipe gestora quanto com o chefe da divisão. O monitoramento das ações é realizado a partir de ferramentas como o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, Sistema de Informações Rurais - SIR e o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos da divisão.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)											
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Realizado (%)</th> <th>Meta (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>~280%</td> <td>~90%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>-</td> <td>~90%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Realizado (%)	Meta (%)	2015	~280%	~90%	2016	-	~90%	<p>A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição. No caso em tela ressalta-se que a meta para 2016, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Destaca-se que com a formalização entre o Incra Sede e a Universidade Federal de Lavras - UFLA, do Termo de Execução Descentralizada - TED, a Universidade ficou responsável pela inscrição de todos os assentamentos do Brasil no Cadastro Ambiental Rural - CAR. Às Superintendências Regionais couberam o fornecimento das informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a sua jurisdição. Em relação a esta ação, UJ enviou à Universidade Federal de Lavras todas as informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento sob a jurisdição desta Superintendência, para inscrição dos mesmos no SICAR.</p>	
Ano	Realizado (%)	Meta (%)									
2015	~280%	~90%									
2016	-	~90%									

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não se aplica a esta UJ

3.3.3 - Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	13.971	12.319	24.811.884,36	12.306.617,15	12.272.644,76	3.698.082,27	2.774.841,46	923.240,81
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	31	226	31.400,00	27.404,83	27.404,83	27.404,83	26.404,83	1.000,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	800	416	2.302.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	302	341	3.002.284,00	3.660.091,75	3.660.091,75	1.396.591,75	7.580,13	1.389.011,62

	PO08									
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento – PO08	Obra Concluída (famílias)	95	100	935.816	-	-	-	-	-
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	390	100	297.000,00	557.038,83	557.038,83	240.741,64	111.244,14	129.497,50
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	567	3.736	255.000,00	209.249,20	209.249,20	209.249,20	206.158,12	3.091,08
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	403	0,00	17.733,62	17.733,62	16.116,91	16.116,91	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	1.548	0,00	72.257,31	72.257,31	72.257,31	59.927,31	12.330,00

211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	235	692	62.640,00	41.672,09	41.672,09	29.272,09	26.272,09	3.000,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	2.057	2.057	1.152.004,00	722.966,57	720.423,87	720.064,69	720.064,69	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	152	153	164.544,00	186.860,88	186.860,88	17.067,71	14.067,71	3.000,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	360	385	0,00	17.164,17	17.164,17	17.164,17	17.164,17	0,00

Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos Apagar

Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Execução de restos a pagar					
			Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – PO02	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	5.157.091,89	0,00	1.082.185,32	4.074.906,57
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – PO03	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	99.523,40	0,00	99.523,40	0,00
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	0	3.388.549,12	0,00	291.733,70	3.096.815,42
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Supervisão e	Crédito Supervisionado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

	Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária							
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	1.001	284.702,00	0,00	284.702,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	874.112,01	0,00	330.336,00	543.776,01

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	808,80	0,00	808,80	0,00
------	--	-------------------------------	---	---	--------	------	--------	------

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A UJ vem trabalhando na busca de eliminação dos passivos em infraestrutura no exercício de 2015, apresentando uma previsão de dez projetos técnicos de recuperação e ampliação de ações, aptos para celebração de convênio, objeto das demandas das famílias assentadas com as Prefeituras, e estes já estão em condições de análise e viabilização de recursos.

Em relação a energia elétrica esta ação não foi devidamente efetivada considerando que o condicionante que para implantação da mesma faz necessário que as unidades habitacionais estejam construídas o que no exercício não ocorreu, pelo programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, mantendo-se o passivo de 430 famílias assentadas para serem atendidas. Nesse sentido, a UJ mantém articulação junto Comitê Gestor do Programa Luz para Todos - PLpT para enfrentar este passivo.

Quanto a construção e recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais, a UJ manteve a estratégia adotada no exercício anterior, propondo convênios junto as Prefeituras Municipais buscando atender a necessidade de demandas por infra estrutura por parte das famílias assentadas. Nesse contexto existe uma demanda de 32 projetos apresentados pelas Prefeituras em 2014 e 2015, dentre os quais um total de 10 projetos em condições de análise e viabilização de recursos para a sua execução.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A supervisão ocupacional dos projetos de assentamento sob a responsabilidade desta UJ é feita nas Unidades Produtivas Familiares - UPF, através das Equipes de Articulação Territorial - EAT, de acordo com o território em que atuam. Adotamos essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação das nossas EAT nos territórios.

Com a publicação da IN Nº 71/2012, houve uma simplificação do processo de supervisão, o que possibilitou uma ação efetiva no que se refere à identificação das situações de abandono, desistência e ocupações irregulares. A partir desse trabalho foram geradas vagas e, consequentemente, novas famílias foram cadastradas e homologadas. Ressalta-se que a UJ manteve a estratégia adotada anteriormente, em face da sua comprovada eficiência, eficácia e efetividade.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

O Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014, instituiu novas modalidades de crédito instalação.

No exercício a UJ trabalhou na qualificação das famílias para receberem o Crédito Apoio Inicial I, que foi pago pelo Incra Sede, beneficiando 416 famílias que representa 262% da meta estabelecida para esta modalidade. O referido crédito encontra-se em fase de aplicação.

Ressalta-se que nesta modalidade, outras 82 famílias estão aptas para o recebimento de crédito.

Com relação a modalidade Fomento Mulher, que tinha uma meta para atender 641 mulheres, a UJ trabalhou somente a partir de outubro, quando passou a ter acesso a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Entretanto, a partir dai, foram identificadas 1.139 mulheres a serem beneficiadas seguindo-se a emissão dos seus respectivos contratos de crédito que serão assinados em 2016.

Destaca-se que os recursos desta ação são pagos diretamente ao agente financeiro pelo Incra Sede utilizando a UG 133087 - Crédito Instalação Incra/MDA.

Quanto aos recursos de Crédito Instalação restabelecidos em 2013, a partir da Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013, de num total de R\$18,7 milhões, a UJ finalizou a sua aplicação no exercício.

2. Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

Frente a demanda identificada no exercício de 2015, por meio da Equipe de Articulação da Ação Terra Sol, a UJ, conseguiu formalizar dois Termos de Permissão de Uso, celebrados entre o Incra, Prefeituras e entidades parceiras, objetivando o repasse de Kits Feiras para famílias assentadas nos municípios de Icó e Santana do Acaraú, além de demandas para os municípios de Canindé, Aracati e Morrinhos

Ainda no mesmo exercício, foi celebrado o convênio entre esta UJ e a Prefeitura Municipal de Sobral, objetivando a execução de obras e serviços de engenharia no projeto de assentamento Campo Grande, no referido município, para implantação de um abatedouro de aves caipira, que beneficiará 202 famílias.

Ressalta-se que os resultados de todas essas ações foram alcançados com base nas reuniões de trabalho realizadas, tanto na sede da UJ quanto em campo, junto às famílias assentadas.

Não obstante ter sido descentralizado os recursos referentes aos projetos de Agroindustrialização para os projetos de assentamento Xique-xique e Bom Lugar, os mesmos ficaram sobrestados em face da não liberação da dotação financeira.

3. Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

Em 2011, com base na Lei Nº 12.188, foram lançadas cinco chamadas públicas para a contratação de prestadores de ATER, num processo que atingiu a universalização dos serviços para todos os assentamentos do Estado do Ceará.

Diversos problemas operacionais, inclusive impossibilidade do uso do SIATER culminaram com o encerramento de todos os contratos iniciados em 2011, após um ano de vigência.

Em 2015, a UJ finalizou dois contratos, permanecendo um passivo de material a ser concluído em 2016.

Renovaram-se cinco contratos da ATER que atendem 3.644 famílias e cuja seleção inicial havia sido feita através da Chamada Pública - CP de ATER 01/2013. Além disso, conclui-se o processo de seleção da Chamada Pública 01/2014 que beneficiaria 10.965 famílias em 14 lotes e 235 assentamentos. No entanto, desses 14 lotes, um não teve proposta vencedora e dois foram judicializados, permanecendo assim até o fim do exercício. Os onze lotes restantes foram contratados ao longo de 2015 e iniciaram o trabalho, conforme proposta técnica aprovada.

4. Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

Realizou-se encontro de avaliação do primeiro ano do retorno do Programa de ATER e de planejamento para o trabalho no segundo ano. Participaram os técnicos das quatro contratadas na CP 01/2013, além dos monitores e fiscais dos contratos.

Além desse encontro foram realizadas oficinas nos 11 núcleos operacionais - NOP da CP 01/2014. Em cada oficina participaram os técnicos e um representante das prestadoras de ATER, os

técnicos do Incra, monitores e fiscais de cada lote e a equipe de Coordenação da UJ, responsável por facilitar o trabalho da oficina.

5. *Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento*

Durante o exercício de 2015, foram firmados dois convênios tendo como objeto a recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais, envolvendo três assentamentos, em dois municípios do Estado do Ceará que beneficiará 341 famílias. É de suma importância ressaltar que após a conclusão das obras, os assentamentos rurais beneficiados terão um grande impacto no escoamento da produção agrícola e agropecuária, na melhoria do transporte escolar, bem como, na melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Com relação a meta física de obras iniciadas prevista para ser atingida em 2015, a mesma foi ultrapassada já que 341 famílias serão atendidas. Entende-se que estas obras beneficiarão não somente os assentados como também muitas famílias residentes nas proximidades.

Quanto a meta orçamentária prevista para o exercício de 2015 da ordem de R\$ 3.002.234,00, foram recebidos e empenhados R\$ 3.660.091,75, significando 17,98% acima da meta orçamentária prevista. Assim sendo em 2015 somente foram firmados dois convênios por esta UJ, correspondendo a duas obras de infraestrutura viária totalizando 33,39 km de recuperação de estradas vicinais. Verifica-se que houve uma suplementação orçamentária por parte do Incra da ordem de R\$ 657.857,75, como complementação a meta orçamentária prevista, devido as necessidade de atendimento ao valor de um dos convênios firmados.

A UJ apresenta nesta ação um montante em restos a pagar na ordem de R\$ 3.096.815,42 correspondendo a cinco convênios firmados e publicados em 2014, tendo por objeto a recuperação de estradas vicinais internas e de acesso, empreendimentos esses que darão melhor condição de acessibilidade as famílias assentadas em três assentamentos rurais, localizados em dois municípios do Estado do Ceará. Tendo em vista a que os recursos não foram descentralizados para esta UJ em 2015 para atender a parte financeira dos convênios firmados com estas Prefeituras, mesmo assim, os convênios firmados continuam com a sua regularidade atendida, através de Termos Aditivos “de ofício”, aguardando-se para o exercício de 2016 a liberação dos recursos previstos para a execução das obras.

Em 2015 foram recebidos de duas obras de convênios firmados em 2013, tendo sido registrados no SICONV com os Nº 794631/2013 e 794623/2013, cujo objeto é a recuperação de dois açudes e a recuperação de 10,39 km de estradas vicinais internas de acesso a assentamento rural. Ressalta-se que foi descentralizado por esta UJ à Convenente um montante da ordem de R\$ 1.126.101,56 para a execução destas obras

6. *Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária*

Com relação a supervisão e fiscalização do Crédito Instalação a UJ trabalhou na finalização da aplicação dos créditos restabelecidos, trabalhou-se também intensamente na qualificação para concessão do Novo Crédito Instalação, como fruto desta supervisão estão sendo beneficiados 498 famílias com Crédito Apoio Inicial I e 1.139 famílias com Crédito Fomento Mulher. Destaca-se que a UJ, usou como estratégia de supervisão as Equipes de Articulação Territorial - EAT e as Equipes de ATER.

A meta inicial foi superada, visto que houve descentralização de recursos para custeio proporcional a capacidade operacional da UJ, resultando numa aplicação satisfatória no decorrer do exercício. Ressalta-se ainda, que uma família pode ter recebido mais de uma modalidade de crédito.

7. Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Em 2015 a meta foi centralizada em Brasília, assim a descentralização dos recursos ocorreu de acordo com a demanda desta UJ. A execução física ficou em 403 lotes retomados, esses lotes, contribuíram para as metas de assentamento de famílias. Reiteramos que no Ceará não se trabalha com lotes, visto que após a desapropriação, a Unidade Produtiva (imóvel desapropriado) é mantida, de maneira que prevalece um modelo de exploração misto (coletivo/familiar). Portanto, a supervisão ocupacional dos projetos de assentamento sob a responsabilidade desta regional é feita nas Unidades Produtivas Familiares - UPF, através das EAT, de acordo com o território em que atuam. Adotamos essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação das nossas EAT nos territórios.

Com a publicação da IN Nº 71/2012, houve uma simplificação do processo de supervisão, o que possibilitou uma ação efetiva no que se refere à identificação das situações de abandono, desistência e ocupações irregulares. A partir desse trabalho foram geradas vagas e, consequentemente, novas famílias foram cadastradas e homologadas, o que possibilitou contribuir com quase 100% da meta referente ao assentamento de famílias em 2015.

8. Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Para o Plano de Ação 2015, o Serviço de Cartografia da UJ programou a medição e demarcação de dez áreas de reserva legal, com uma área de 3.295 ha e 53,78 km de poligonais, envolvendo recursos orçamentários de R\$ 47.100,00 para beneficiar 461 famílias. Programou-se, ainda, o georreferenciamento de projeto de assentamento, totalizando uma área de 24.495 ha e 237,48 km de poligonais com recursos orçamentários de R\$ 58.525,50 que beneficiaria 596 famílias. Como resultado executou-se a medição e demarcação de 15 áreas de reserva legal de projetos com área de 4.750 ha e 64,41 km de poligonais que beneficiaram 638 famílias, correspondendo a 138% do programado. Quanto ao georreferenciamento dos projetos de assentamento, foram executados os trabalhos topográficos em 14 projetos com área de 33.704 ha e 326,59 km de poligonais em benefício de 910 famílias, que corresponde a 197% do programado, com recursos financeiros totais de R\$ 72.257,31.

A UJ adotou como base para georreferenciar todo o passivo dos projetos de assentamento de forma gradativa e continua, a malha executada através dos convênios firmados entre o Incra/IDACE dos imóveis rurais dos municípios do Estado do Ceará. Neste contexto, programou-se o georreferenciamento de projetos de assentamento para o exercício 2015 e demais exercícios de forma simplificada e pontual, onde identificamos antecipadamente discrepâncias com a imagem do Google Earth, assim como, passamos a priorizar a medição e demarcação de áreas de reserva legal dos PA e a elaboração gradativa de todas as peças técnicas dos Projetos de Assentamento do Ceará.

Para o próximo exercício, estamos propondo no Plano de Ação a execução da medição e demarcação de 11 áreas de reserva legal de projetos localizados em Territórios da Cidadania e na Jurisdição, estas já foram estudadas pelo Serviço de Meio Ambiente da totalizando uma área de 3.997 ha com 47,82 km de poligonal que beneficiará 435 famílias.

Considerando que a maioria dos projetos de assentamento no Estado do Ceará não são parcelados, o georreferenciamento é executado somente nas poligonais dos perímetros dos mesmos, com fins imediatos de certificação das peças técnicas e atualização cadastral, para que seja procedido o devido registro em cartório.

9. Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Em 2015, a UJ manteve a estratégia usada no exercício anterior priorizando as atividades de Concessão de Uso. Foram emitidos 692 contratos ultrapassando a meta em 162%.

Esta ação envolve trabalhos de campo executados pelas Equipes de Articulação Territorial - EAT, assim, os recursos para execução desta ação foram maximizados, vez que, do total provisionado a UJ executou R\$ 29.272,09, 70% deste.

Além disto, UJ expediu 2.303 títulos nos casos em que o título definitivo não foram outorgado a prorrogação da validade dos contratos, prevista para após os cinco anos da publicação.

10. Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Em 2015 a execução física dos termos de cooperação com a UFC foi retomada, tendo em vista a resolução de questões burocráticas, e o mesmo teve sua vigência encerrada em dezembro de 2015. Essa atividade atendia 1001 alunos, sendo 425 de Escolarização II Segmento e 576 de I Segmento.

Encontra-se em execução o convênio firmado em 2013 com o Movimento de Educação de Base - MEB, que tinha como meta física atender a 1.200 alunos. Considerando as evasões ocorridas no exercício esta ação terminou o exercício com 1.056 alunos.

Em relação ao recurso de R\$ 280.090,00 foi liquidado e era referente ao restante da segunda parcela, inscrito em restos a pagar, pois o valor a ser descentralizado referente a segunda parcela era de R\$ 1.465.861,50 foi repassado em 2014 o valor de R\$ 1.185.771,50. No exercício também houve o repasse da terceira e última parcela no valor de R\$ 681.140,00.

11. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

A execução física no exercício de 2015, no total de 153 alunos, foi contabilizada a partir dos 53 alunos do curso de Serviço Social do convênio entre a Universidade Estadual do Ceará - UECE e o Incra, além dos 100 alunos do convênio firmado entre o Incra e Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, para o curso de Licenciatura em Geografia e História.

Quanto à execução orçamentária, foi liquidado o valor de R\$ 330.336,00 referente ao valor inscrito em restos a pagar do curso de Serviço Social ficando inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 64.544,00 referente a última parcela do referido convênio. O valor de R\$ 543.776,01 continua inscrito em restos a pagar, pois o curso de Geografia e História estavam executando ainda os valores referentes a primeira parcela.

12. Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Esta ação está ancorada ao Termo de Cooperação firmado entre o Incra Sede e o CNPq que possibilitou o destaque orçamentário do Incra Sede para o CNPq. Objetivando a viabilização dos cursos de especialização Residência Agrária, cursos para jovens entre 15 e 29 anos, destinados a extensão e, também, a técnicos em Residência Agrária intitulado Residência Agrária Jovem.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

As ações da Divisão de Desenvolvimento são distribuídas entre Equipes Gestoras e EAT ligadas à chefia. Na Divisão foram constituídas Equipes Gestoras responsáveis pelo acompanhamento das ações de Infraestrutura, ATER, Crédito Instalação, Pronera, Terra Sol, Pronaf, Titulação e Arte e Cultura. As EAT são responsáveis pelo acompanhamento da execução das ações do Incra nos diferentes territórios do Estado.

Essas equipes realizam o planejamento e a co-gestão das ações subsidiando ao Gestor com informações das execuções e das estratégias para desenvolver as atividades específicas, gerando resultados satisfatórios na condução das ações da Divisão de Desenvolvimento.

O monitoramento das ações é também realizado a partir de ferramentas como o SISPROT, SIATER, SIPRA, SIR e SNCCI que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos da Divisão de Desenvolvimento.

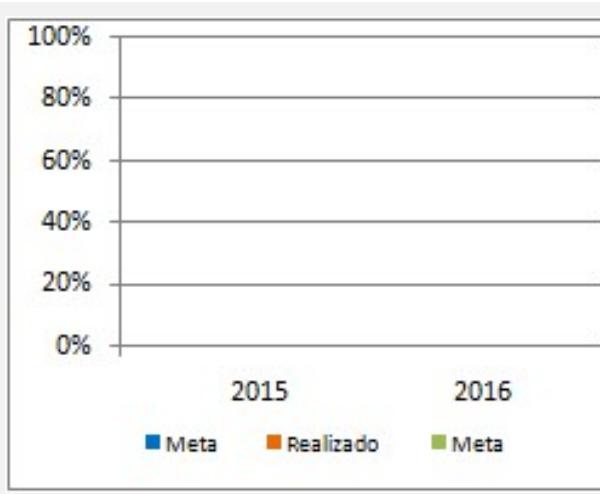
vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de acesso à água para consumo doméstico		Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
Gráfico											
<table border="1"> <caption>Data for Index of access to water for domestic consumption</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>0,20</td> <td>0,20</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0,04</td> <td>0,04</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	0,20	0,20	2016	0,04	0,04		<p>A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas, entretanto observa-se que a meta para 2016, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU.</p>
Ano	Meta	Realizado									
2015	0,20	0,20									
2016	0,04	0,04									

Índice de provimento de PDA/PRA

Gráfico

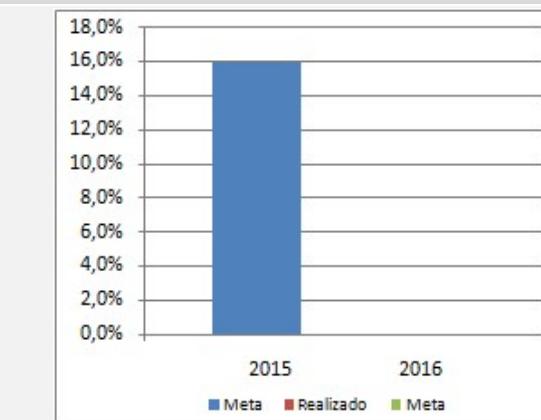


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Entretanto, esta previsto a elaboração de três Planos de Desenvolvimento, os quais a UJ esta avaliando a viabilidade da elaboração destes. Destaca-se que estes documentos além de demorados possuem custos elevados, Assim a UJ vem analisando outras possibilidades de implantação dos planos.

Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico

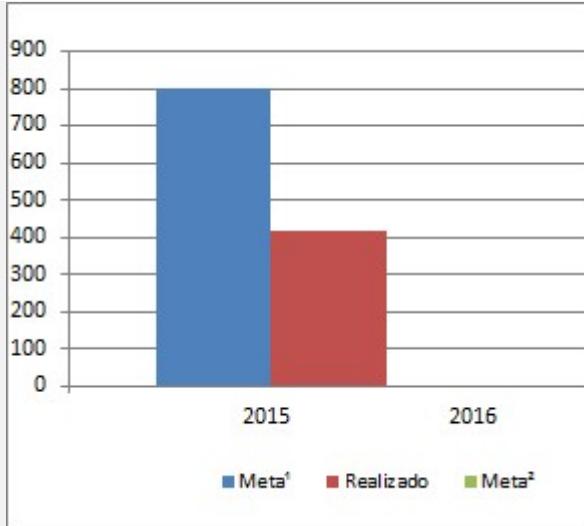


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

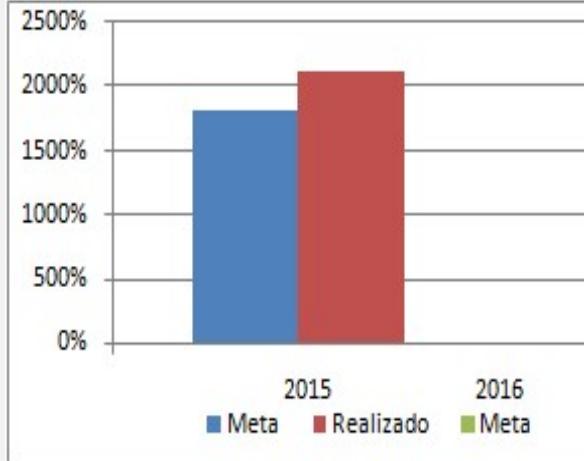
Considerando que dentre as atribuições atuais da UJ, não consta mais a operacionalização do Crédito Habitação, sendo atualmente atribuídas aos agentes financeiros (CEF e BB), e como executor, as entidades organizadoras. Assim, o indicador apresentado foi zero.

Ressalta-se que no exercício a UJ realizou todos os encaminhamento de sua competência para atender 62 famílias, com demanda de unidades habitacionais que esta ligado ao PNHR.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada a População

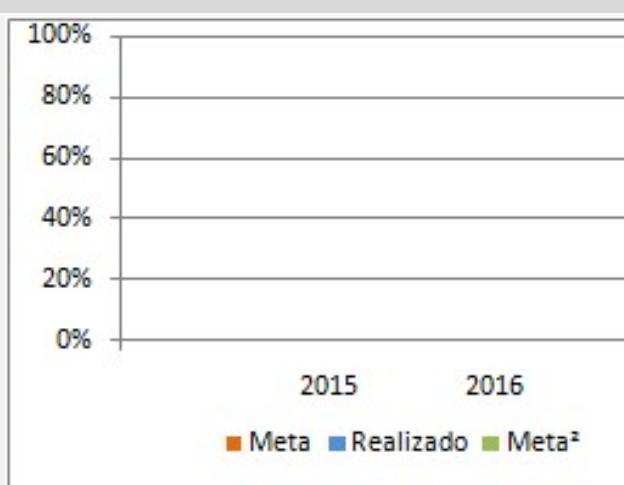
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício															
 <table border="1" style="margin-top: 10px; width: 100%;"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta¹</th> <th>Realizado</th> <th>Meta²</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>800</td> <td>200</td> <td>0</td> <td>1000</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0</td> <td>400</td> <td>0</td> <td>400</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta¹	Realizado	Meta²	Total	2015	800	200	0	1000	2016	0	400	0	400	<p>A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição.</p> <p>Pode-se afirmar que a demanda para o Pronaf A e A/C será atendida no âmbito do serviço de ATER</p>
Ano	Meta¹	Realizado	Meta²	Total												
2015	800	200	0	1000												
2016	0	400	0	400												

Índice de provimento de assistência Técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício														
 <table border="1" style="margin-top: 10px; width: 100%;"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>1800%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>1800%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0%</td> <td>2100%</td> <td>0%</td> <td>2100%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	Meta	2015	1800%	0%	0%	1800%	2016	0%	2100%	0%	2100%	<p>A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta												
2015	1800%	0%	0%	1800%											
2016	0%	2100%	0%	2100%											

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico

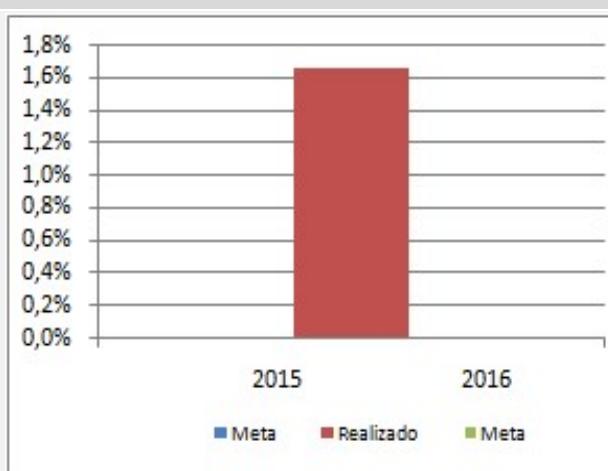


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição. Entretanto, no âmbito do Incra Sede não houve orientação para estudos voltados para levantamento por amostragem da renda média dos assentados, devido dentre outras limitações aos custos elevados e a carência de pessoal.

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas. Não obstante, o Incra Sede definiu uma nova estratégia para 2016, centrada em acordo de gestão entre a Presidente e os Superintendentes, neste sentido as metas encontra-se em fase definição

Índice de consolidação de assentamentos											
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício										
<table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Barras</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>100,0%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	100,0%	100,0%	2016	100,0%		<p>Esta ação historicamente apresenta dificuldades em sua execução por parte do Incra. Com base em normas específicas, um assentamento só pode ser consolidado após atingir uma série de pré-requisitos que contemplam as dimensões social, organizacional, econômica e ambiental e ainda garantir a auto-sustentabilidade do assentamento e das famílias ali assentadas. Estes pré-requisitos passam pela concessão de créditos às famílias, garantia de acesso a moradia e infraestrutura básica (estradas, água e energia elétrica), regularização fundiária e ambiental, acesso a educação, entre outros. No momento esta sendo formatado um novo marco jurídico para definir os parâmetros de emancipação/titulação das áreas reformadas.</p>	
Ano	Meta	Realizado									
2015	100,0%	100,0%									
2016	100,0%										

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.

Atualmente uma das possibilidades de atendimento as famílias assentadas é através do programa Água Para Todos, sendo o mesmo focado no atendimento das necessidades básicas de consumo humano. A UJ vem trabalhando na eliminação dos passivos em infraestrutura hídrica, apresentando uma previsão de viabilizar dez projetos técnicos, objeto de demandas das famílias assentadas através Governos Municipais.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Não se aplica a esta UJ

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica a esta UJ

4 - Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atividades de auditoria interna nesta UJ no exercício.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Em 2015, manteve-se o Caderno de Metas como principal instrumento instituído para garantir o controle dos objetivos estratégicos da UJ. Nele estão descritas, quantificadas e responsabilizadas todas as metas necessárias para o atingimento dos objetivos da Autarquia.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

A fidedignidade das informações é objeto de controle do SIR, cuja coordenação e gestão cabe à Diretoria de Gestão Estratégica - DE e suas respectivas coordenações, de Monitoramento e Avaliação - DEA e a de Planejamento - DEP. Nas regionais, as informações são sistematicamente monitoradas mensalmente e inseridas em um módulo de acompanhamento das ações, ferramenta do referido sistema. Além desta, há o acompanhamento e publicação mensal de planilhas com as execuções físicas de algumas ações postadas na página <http://wiki.Incra.gov.br/>. Outras informações também são registradas no SIAFI, SISPROT, SICONV, SIPRA, SIGEF e SNCCI. Além disso, busca-se implantar o atendimento no âmbito da Sala da Cidadania Digital, onde espera-se aprimorar ainda mais a transparência nas ações e o controle do Programa de Reforma Agrária.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A situação dos controles internos ficou muito próxima dos resultados obtidos e descritos no RG 2014. Manteve-se a estratégia de priorização das respostas tempestivas às demandas dos órgãos de controle externos e interno.

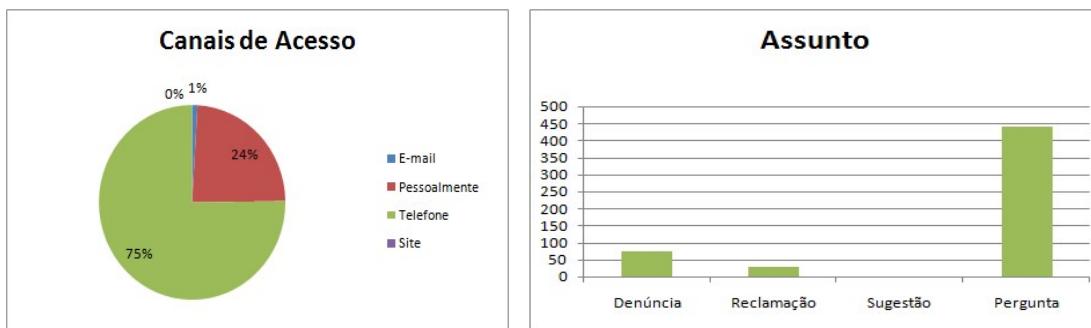
Metodologicamente, no tocante aos controles que tratam da avaliação de riscos, conforme relatado anteriormente, não há estruturação científica. Contudo, houve uma movimentação importante da Direção Central do Incra, com a constituição do Grupo de Trabalho (GT), com o objetivo de elaborar a Política de Gestão de Riscos da Autarquia, sob a coordenação da Diretoria da Gestão Estratégica (DE). A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1

5 - Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015			
<i>Demandas e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	75	75	41
Reclamação	30	25	5
Sugestão	1	1	0
Pergunta	439	0	439

Características do acesso do cidadão à SR



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

Considerando que o foco das nossas ações é a prevenção e a mediação do conflito agrário, nossas atividades são voltadas para o público externo, tendo como público alvo o atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, assentados da reforma agrária, quilombolas e vítimas da violência no campo. Também busca-se solução negociada para as desavenças internas, principalmente entre famílias assentadas ou acampadas. Tal atuação é realizada através da mediação direta dos conflitos, atendimentos presenciais, telefônicos e por meio eletrônico, onde são registradas e encaminhadas denúncias, reclamações, solicitações e sugestões.

A Ouvidoria Agrária Regional - OAR atua diretamente no ambiente em que se materializa o conflito agrário. Compreende-se que além de atuar no modelo clássico do conflito agrário, onde o proprietário e o trabalhador rural sem-terra se encontram em situação de confronto, faz-se necessário acompanhar e monitorar as diversas modalidades de conflitos que surgem das relações de convivência entre as famílias acampadas bem como os grupos de famílias assentadas. Nesse contexto, destacamos as mediações de conflitos realizadas em 13 áreas, sendo 11 em assentamentos e duas em acampamentos.

A OAR realizou o monitoramento permanente em 52 acampamentos, em visível situação de vulnerabilidade de abrigo, alimentação, proteção, além das dificuldades de acesso aos serviços sociais básicos. A OAR também atuou e mediou a favor da pacificação nos processos dos pedidos de execução de Medida Judicial de Reintegração de Posse, desfavoráveis aos trabalhadores, em duas áreas.

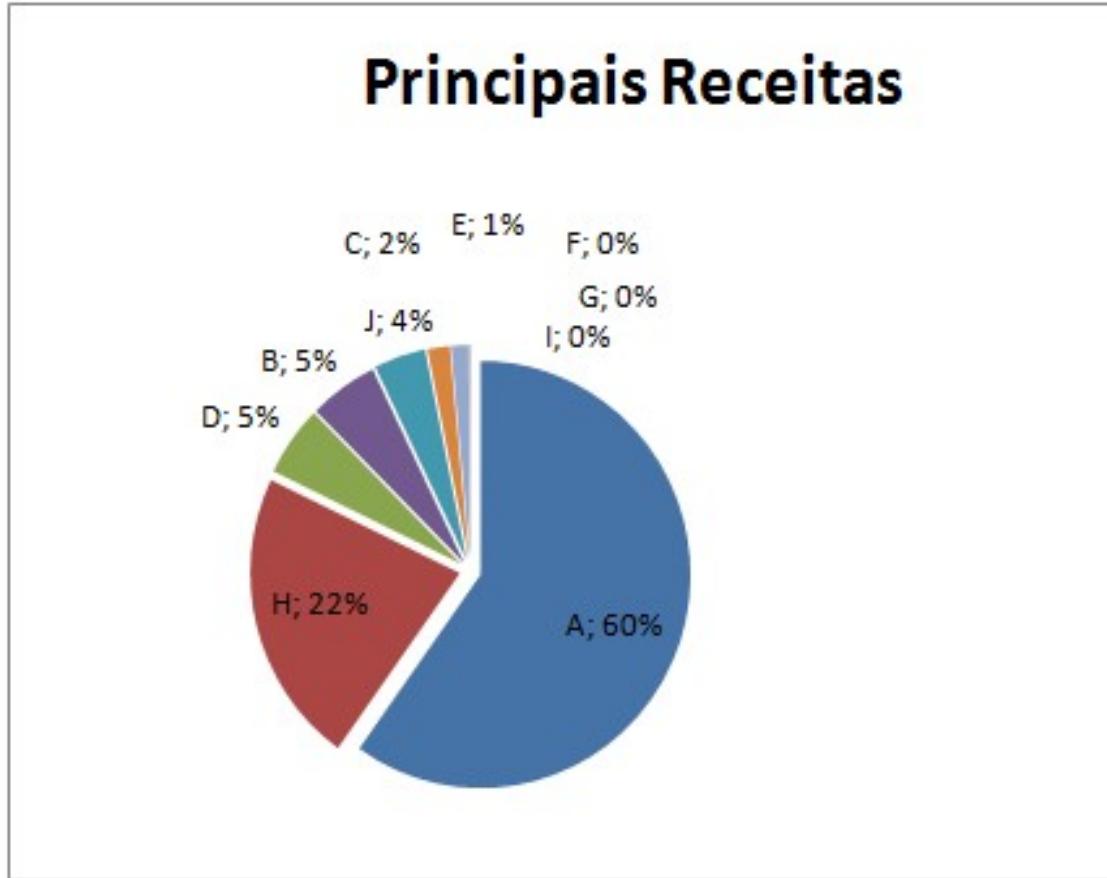
Outra atividade realizada pela OAR é o acompanhamento das 2.322 famílias que se encontram nas 52 áreas de acampamentos localizadas em 28 municípios do Estado do Ceará. Essa intervenção, além da mediação do conflito, envolve a realização e o monitoramento da entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme disposto no acordo de cooperação 001/2010. No ano de 2015 foi feito a entrega de 16.096 cestas de alimentos, distribuídas em cinco cotas.

As demandas de atendimento para a OAR envolvem situações complexas e de múltiplas especificidades. Para a realização das atividades, mantivemos o trabalho de articulação institucional com o poder judiciário, executivo e com organizações da sociedade civil, com ênfase para as organizações representativas dos trabalhadores e com os movimentos sociais. Nesse sentido, destacamos o trabalho articulado com a Polícia Federal, Justiça Federal e Estadual, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário - SDA/Ovidoria Agrária, Promotoria de Justiça, Procuradoria Federal Especializada, dentre outras, contando sempre com o suporte da Ovidoria Agrária Nacional. Torna-se mister destacar a articulação no ambiente interno envolvendo os setores da Superintendência, o que permitiu a soma dos esforços, especialmente nos conflitos envolvendo famílias assentadas, que requerem ações posteriores para a solução da problemática.

Em relação a processos administrativos, no ano de 2015 não houve nenhuma abertura de processo por esta Ouvidoria, haja vista que as nossas ações decorreram da solicitação por acompanhamento, parecer ou diligência por esta Ouvidoria nos processos encaminhados pelas Divisões de Desenvolvimento, Obtenção de Terras e Ordenamento Fundiário.

6 - Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

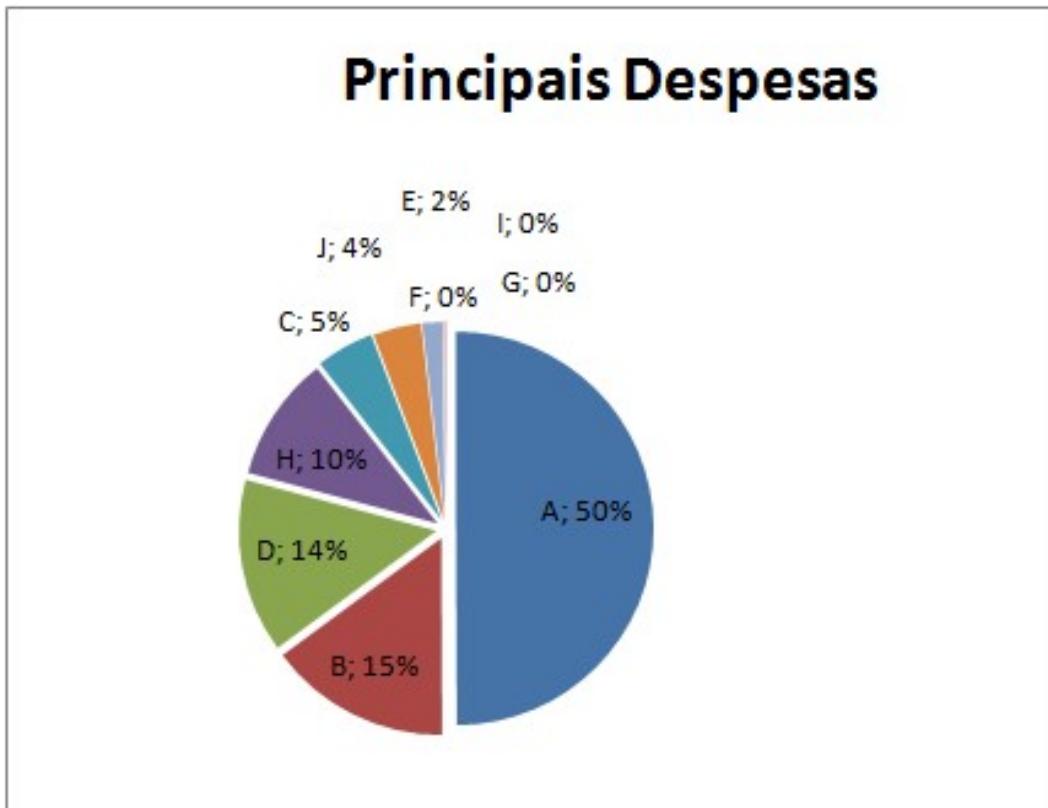


Principais receitas	2014	2015	2016
A - SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.527.170,10	12.950.169,75	
H - CONTRIBUICOES	6.628.858,27	4.810.292,81	
D - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.004.166,16	1.158.772,43	
B - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.174.678,66	1.150.871,17	
J - OUTROS	916.047,17	864.111,58	
C - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	221.093,23	369.649,63	
E - MATERIAL DE CONSUMO	53.484,49	284.536,63	
I - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.622,60	19.279,70	
F - INDENIZAÇÕES	6.323,89	15.174,93	
G - OBRAS E INSTALACOES	-	0,00	
Total	17.542.444,57	21.622.858,63	

Provisão Recebida

A UJ é um órgão descentralizado a qual compete coordenar e executar as atividades, na área de sua atuação, definidas no regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto, não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo os recursos / créditos descentralizados do Incra Sede. Assim as informações consideradas como receitas, são os

créditos descentralizados. Face desta particularidade, apresentamos apenas a relação dos principais valores recebidos no exercício, com destaque para Serviços de Terceiros de Pessoas Jurídicas que referem-se em sua maior parte aos compromissos com a Ater; logo a seguir aparece as Contribuições que em sua maior parte referem-se, aos convênios de Infraestrutura e ao EJA, merecem destaque também os recursos recebidos para Locação de Mão de Obra, para pagamento dos terceirizados com 5% do total recebido. Diante as demandas dos serviços da UJ no campo, há necessidade de assegurar recursos para tal fim, nesse sentido foi provisionado recursos na ordem de R\$ 1,1 milhão. Ressalta-se que do total dos recursos recebidos, R\$ 21,6 milhões, foram empenhados 98% deste.



Principais despesas	2014	2015	2016
A - SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.395.168,04	3.301.137,80	
B - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.174.678,66	989.956,78	
D - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	900.977,55	941.496,39	
H - CONTRIBUICOES	1.185.771,50	681.140,00	
C - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	146.158,32	313.629,28	
J - OUTROS	200.280,93	259.774,94	
E - MATERIAL DE CONSUMO	28.134,67	107.700,83	
F - INDENIZAÇÕES	59.297,85	15.174,93	
I - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.211,56	0,00	
G - OBRAS E INSTALACOES	-	0,00	
Total	6.094.679,08	6.610.010,95	
Valores Pagos			

Com relação às despesas a maior parte dos valores pagos, 50%, foi com Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, referente em sua maior parte aos contratos de Ater, visto que em 2015 foram celebrados novos contratos, destacam-se os gastos com Administração da Unidade e as

Contribuições. As ações do Incra são executadas na ponta, isto é, nos assentamentos distribuídos por todo território do Estado do Ceará, consequentemente, demandando recursos para o custeio que ficou na ordem de 15%. Os demais, juntos, totalizaram 35%.

6.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015

Nota: Devido à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a partir do exercício de 2015, apenas da Demonstração 1 – Balanço Patrimonial possui a identificação de comparativo dos exercícios de 2014 e 2015.

6.3 - Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

6.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

Em agosto de 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/2014, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União - CGU e ao Tribunal de Contas da União - TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNCCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente respondidas pelos representantes do INCRA.

Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Foram realizadas durante o período de fevereiro a dezembro de 2014, 16 Oficinas-Pólo nas SR-01/BL; SR-02/CE; SR-03/PE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-08/SP; SR-09/PR; SR-11/RS; SR-12/MA; SR-13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-27/MBA; SR-28/DFE; SR-30/STA; SEDE e estas contaram inclusive com a participação de servidores de outras regionais que não sediaram oficinas.

As Oficinas - Pólo tiveram os seguintes objetivos:

- a) aplicar/desenvolver aprimorar uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), extraíndo dados e informações dos Processos de Concessão (PC) do Crédito Instalação, para identificar os beneficiários que foram remitidos pela MP 636/2013 e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida
- b) cadastrar os beneficiários das diversas modalidades do Crédito Instalação, no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação - SNCCI;
- c) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP; e
- d) capacitar os técnicos das Superintendências Regionais que trabalham com a concessão do Crédito Instalação sobre os trabalhos objeto da oficina, bem como torná-los multiplicadores, assegurando assim a continuidade/realização do trabalho nas Superintendências. Observamos que os beneficiários remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, que neste caso (renegociação), deverão aguardar a publicação de Decreto que regulamentará a MP/Nº 636/2013).

As Oficinas-Pólo das SR-05/BA; SR-06/MG; SR-12/MA; SR13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-30/STA e SEDE contaram também com a participação de representantes da Diretoria de Gestão Administrativa que prestaram orientações quanto aos procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP.

Via Memorando Circular/DD/Nº 237/2014 foram prestadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, visando os saneamentos dos processos individuais, cadastramentos no Sistema SNCCI, gerar relação de remitidos e de baixa contábil, dentre outros.

Importante ressaltar que no decorrer da realização das oficinas o Sistema SNCCI disponibilizou funcionalidade para gerar relação de remitidos e de baixa contábil.

Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

Com o intuito de ampliar as ações de qualificação para a concessão dos novos Créditos Instalação, via SNCCI, o Incra com apoio do MDA - SECEX e DPMTR realizou em 2015 Oficinas Regionais de Capacitação de Servidores do Incra que atuam na área de crédito.

O processo de capacitação envolveu também servidores das demais áreas com interface com o crédito, como Ates e CCU, visando o entendimento mais profundo dos atuais instrumentos de concessão. Também participaram das oficinas técnicos que atuam no SIPRA, já que este Sistema contém a base de dados que permite exportar informações cadastrais para o SNCCI, além de ser

fonte de consulta para atender exigências legais dispostas no Decreto n. 8.256/2014, para a concessão dos novos Créditos Instalação.

Foram realizadas 15 oficinas, contemplando todas as regiões do país, com a participação de técnicos do Incra, das prestadoras de Ates e representantes dos movimentos sociais, totalizando 458 participantes, 28 Superintendências Regionais e 13.919 cadastros de beneficiários, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial I, enviados para o Banco do Brasil.

O módulo Concessão do Crédito Novo do SNCCI foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito para o Banco do Brasil foram realizadas pelo Incra Sede. Somente em 2015 o módulo foi disponibilizado para os usuários nas Superintendências Regionais. Entretanto, evoluções continuaram sendo implementadas, algumas indispensáveis para o aprimoramento do Sistema.

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013 (crédito antigo):

- 1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário);
- 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário;
- 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI - Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados);
- 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS.
- 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está apto ao registro de créditos cuja cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disto, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

- 3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual anteriormente descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentador.

4. Remissão das dívidas

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

“Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

- I - Crédito para Apoio;*
- II - Apoio Inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio Mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*
- XI - Adicional de Semi-Árido;*
- XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e*
- XIII - Crédito Ambiental.”*

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo Federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do Incra, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

6· Sobre os Saldos:

No exercício de 2015, o saldo da conta 1.2.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 180.996.982,33, representando uma redução de R\$ 28.400.802,89 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 209.397.785,22. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos, salvo melhor juízo, que não cabe mais apontar saldo vencido de créditos antigos, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental darmos prosseguimento os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação, os quais somente serão possíveis de realizar após a regulamentação da Lei 13.001/2014.

7· Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636/2013, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei Nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação (antigo) concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Em relação aos créditos novos, as primeiras parcelas venceram em janeiro/2016. Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

8· Sobre a evidenciação contábil:

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito antigo quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente. Em relação ao crédito novo, os primeiros recebimentos ocorreram em Janeiro/2016, cuja arrecadação foi feita por meio da emissão de GRU Cobrança emitida pelo SNCCI.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos (crédito antigo) será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

6.3.2 Créditos a receber de parceleiros

A conta 1.2.1.2.1.98.08 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2015 o saldo final da conta era R\$ 119.930.855,53.

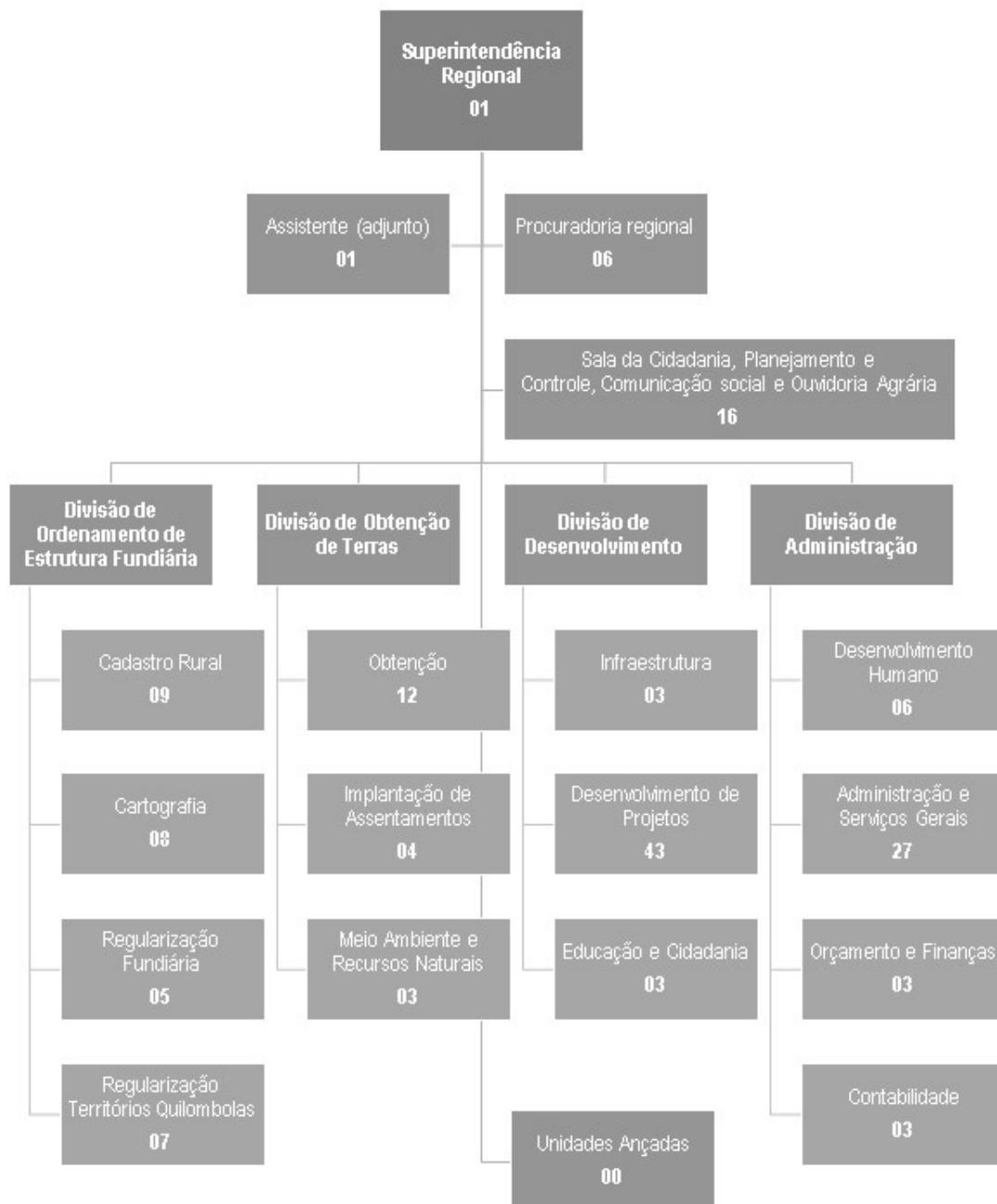
Encontra-se sobre a Coordenação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF a condução da discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de assentamentos, visto que há uma previsão que a titulação de assentamentos também fique sob gestão a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

As tratativas para construção do SNT - Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DF e Coordenação de Tecnologia do INCRA - DET. A previsão é que o SNT seja desenvolvido em módulos. Em face da não regulamentação da Lei Nº 13.001/2014 e da necessidade de revisão da Instrução Normativa 80, a opção preliminar é iniciar a construção pelo módulo Quilombola.

7 - Áreas especiais da gestão

7.1 - Gestão de pessoas

7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

No exercício de 2015, a UJ teve uma pequena alteração no seu quadro de servidores em relação ao exercício de 2014, quando da recepção de servidores de outras regionais e até da Sede, entretanto, ainda continua com sérios problemas de pouco efetivos na área contábil, infraestrutura e Educação do Campo - Pronera, quando da aposentadoria de uma servidora. Esses setores estão centralizadas as principais atividades relativas à celebração, fiscalização e prestação de contas dos diversos convênios de responsabilidades desta UJ, ou seja, aqueles celebrados diretamente e aqueles celebrados a nível central onde o acompanhamento e fiscalização se dá a nível regional. É importante ainda destacar o excessivo número de servidores requisitados/cedidos para outros órgãos, seja da esfera federal ou estadual, os quais discriminamos a seguir:

- TRE/CE - 12 servidores requisitados;
- AGU/CE - 04 servidores cedidos;
- Estado de Ceará - 01 servidor cedido;
- Mestrado/Doutora – 01 servidor;
- Licença sem remuneração – 01.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Em 2015 a UJ manteve a mesma estratégia do exercício anterior. A capacitação em serviço, especialmente nas atividades de ATER e de Crédito, além de capacitações presenciais em eventos externos, cursos, congressos e feiras, tendo como resultado uma maior disseminação do conhecimento, impactando positivamente nas ações da UJ. Em 2015, foram capacitados 48 servidores perfazendo um total de 1.428 hs.

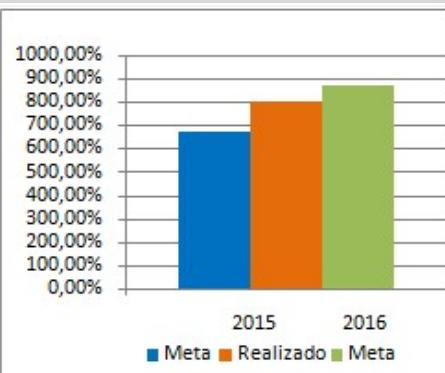
A UJ apresenta ainda um espaço permanente de discussão e disseminação de conhecimento e aprendizagem constituído no âmbito da Câmara Técnica, mediante a realização de debates, proposições e esclarecimentos técnicos voltados ao aperfeiçoamento dos processos e métodos utilizados nas ações do Incra, tendo como escopo o desenvolvimento rural sustentável

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação											
Gráfico	Análise										
<table border="1"> <caption>Data for Gráfico: Índice de abrangência de capacitação</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>20,00</td> <td>26,50</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>20,00</td> <td>26,50</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	20,00	26,50	2016	20,00	26,50	<p>Em 2015, a UJ atingiu 137%, referente a meta estipulada para o exercício que era de 35 servidores. Em relação ao gráfico ao lado observa-se que a UJ apresentou um nível de capacitação de 27% do total de servidores mostrando que as estratégias de ação de disseminação de conhecimento e aprendizagem adotadas foram positivas</p>	
Ano	Meta	Realizado									
2015	20,00	26,50									
2016	20,00	26,50									

Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Análogo ao indicador acima, o índice mostrou um desempenho satisfatório

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1 - Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão Nº 6095/2013- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Ultime, no prazo de 60 dias, o exame da prestação de contas do convênio Nº 6000/2010 (SIAFI nº 737979), instaurando, se for o caso, a competente TCE	A obra foi fiscalizada <i>in loco</i> pelo Setor de Engenharia. Constataram-se diversas pendências e irregularidades. A Prefeitura Municipal de Russas foi devidamente notificada para realizar as correções das referidas pendências. Não tendo efetuado nenhuma correção e reparação dos serviços, assim exaurida todas as providências cabíveis para regularizar estas pendências foi recomendada a abertura de TCE.
Acórdão Nº 581/2014- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Ultime, no prazo de 60 dias, a análise do convênio Nº 703952 (número original 11/2009), celebrado com o município de Mombaça/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	A prefeitura Municipal de Mombaça encontra-se em situação de Suspensão Efetiva. Não tendo se manifestado sobre o Ofício Nº1163/2014/GAB/INCRA/SR02, que solicitava medidas saneadoras das irregularidades constatadas na obra. Diante a omissão da Prefeitura Municipal de Mombaça foi encaminhado para providências de abertura de TCE
Acórdão Nº 3671/2014- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Ultime, no prazo de 90 (noventa) dias, a análise da prestação de contas do convênio Nº 16000/2011 (Siafi nº759958), celebrado com o Município de Trairi/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	Aguardando julgamento final do recurso de apelação imposto pelo Município de Trairi na ação ordinária em curso. Tendo a UJ repassado Ofício, Nº 780/INCRA/SR02/2015, ao Juiz de Direito responsável para apreciar o mérito da causa, informando sobre a atual situação deste convênio no SIAFI e CAUC, que encontra-se em Inadimplência Suspensa
Acórdão Nº 1064/2015- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Informe no próximo Relatório de Gestão os dados referentes aos resultados obtidos nos cinco exercícios anteriores com as devidas análises críticas relativamente as seguintes ações referente ao Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento Estrutura Fundiária: Ação 2110; 8387; 4460; 0427; 8398.	Recomendação acatada segundo apresentado nos itens: 9.4.1 e 9.4.2

Acórdão Nº 1064/2015- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1.1	Informe no próximo Relatório de Gestão as providências adotadas com vistas à regularização das ressalvas apontadas pelo Órgão de Controle Interno, no Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº 201305871	A UJ atendeu todas as recomendações emitidas pela CGU na Auditoria Anual de Contas relativa ao exercício de 2012 - Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº 201305871, não restando pendências no Plano de Providências Permanente da UJ, segundo Parecer: 201503800
Acórdão Nº 1064/2015- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1.3	Inclua no quadro Visão Geral da análise das Prestações de Conta de convênios e contrato de repasse os dados referentes a três exercícios anteriores, e não somente dois.	Recomendação acatada segundo apresentado no item 3.2 execução descentralizada com transferências de recursos. Deste Relatório
Acórdão Nº 1064/2015- TCU-2ª CÂMARA	1.7.1.4	Faça constar, no Rol de responsáveis da Unidade, nos exercícios subsequentes, apenas as informações solicitadas pelas Decisões Normativas Regulamentadoras.	Recomendação Acatada

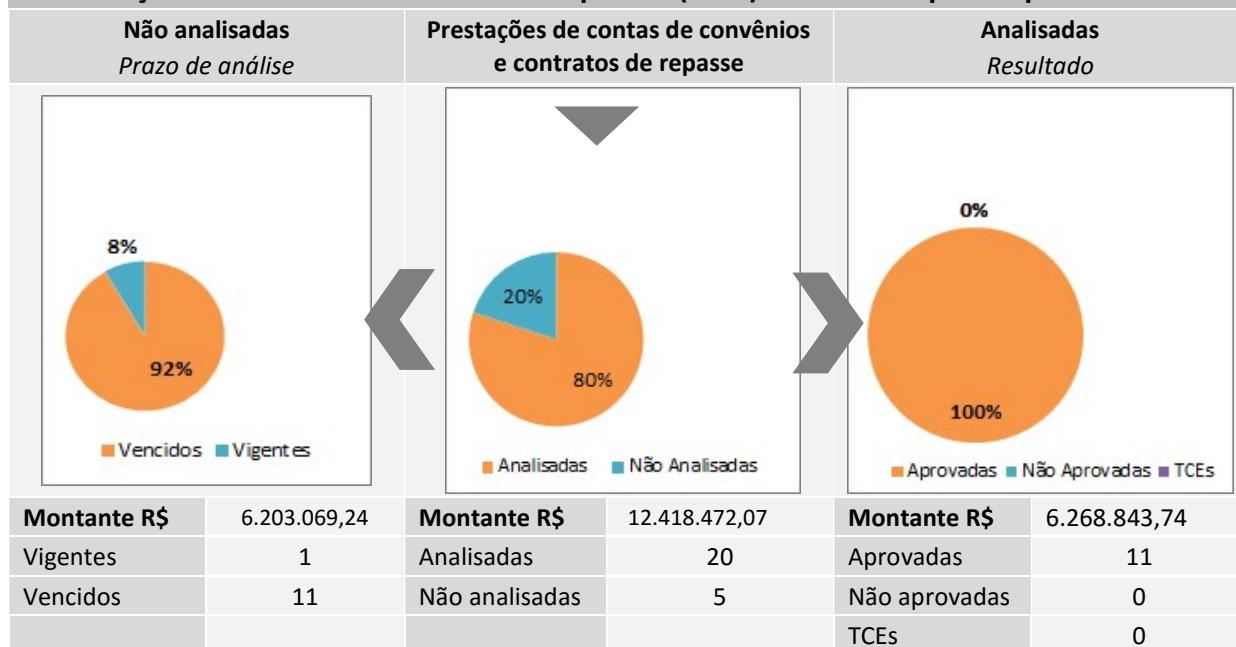
8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Relatório CGU 201503800</u>	6.1.1.1	Fazer gestão junto ao Incra Sede no sentido da alocação de recursos financeiros e humanos que possibilitem o atendimento das necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida	Foram feitas solicitações junto ao Incra Sede no sentido da alocação de recursos financeiros e humanos, entretanto constatou-se a ausência de recursos Orçamentário e Financeiro na rubrica condizente com ação Reforma e Instalações Prédio - ND 449051

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Convênios firmados no SICONV (Portarias 127/08 e 507/11)

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência

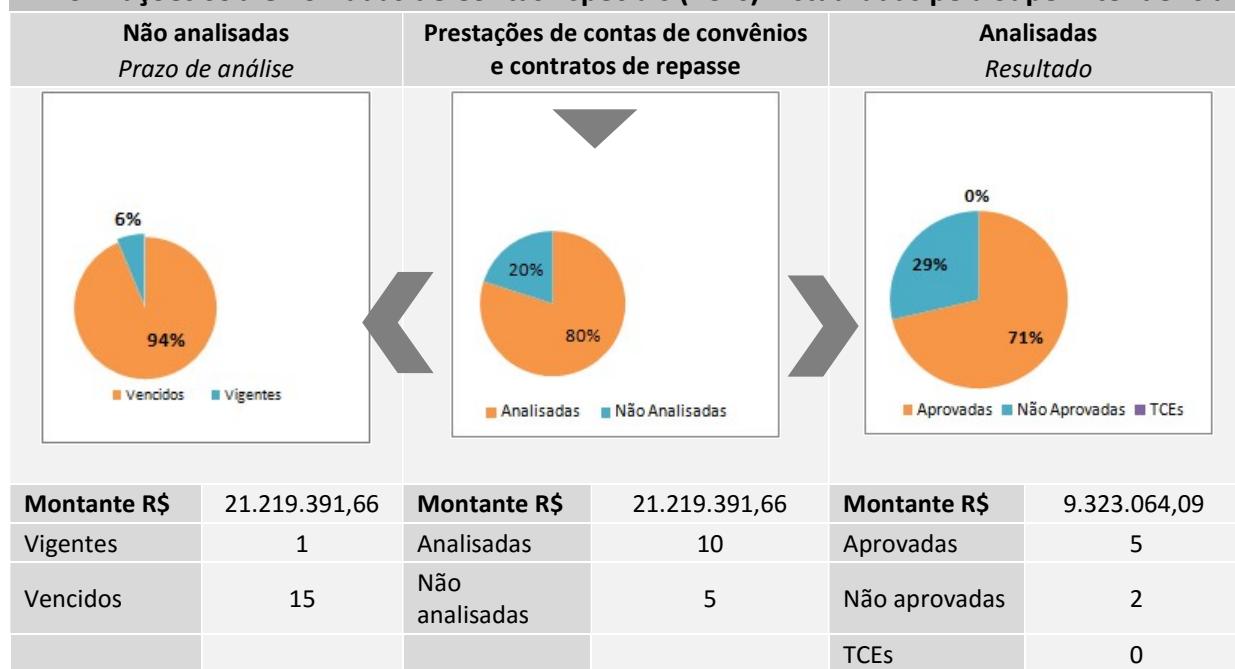


Análise

A UJ vem trabalhando no sentido de intensificar a análise das prestações de contas das convenentes de modo a evitar passivos, em 2015, foram analisados 20 prestações de conta de convênios sedo aprovados 11 convênios. Foi encaminhado para Tomada de Contas Especial – TCE, um convênio, entretanto, devido a as dificuldades de disponibilidade de servidores capacitados para atuar no âmbito da comissão, não foi possível instaurá-la. Contudo, a UJ esta adotando em conjunto com o Incra Sede. medidas no sentido de atender estas demandas.

Convênios firmados no SIAFI (IN 01/97)

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência



Análise

Considerando o quantitativo dos convênios firmados pela UJ, na égide da IN/STN/ 01/97, com prazo de vigência expirada, em 2015, foi dado continuidade aos trabalhos de análise de prestação de contas dos mesmos, visando a eliminação do estoque de convênios ainda com registro no sistema SIAFI na situação “A Aprovar”.

Ressalta-se que dois convênios não aprovados, foram encaminhados para abertura de Tomada de Contas Especial – TCE. A UJ dará continuidade aos trabalhos de eliminação do estoque destes convênios.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UJ tem tentado, ao máximo, cumprir as determinações contidas no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, principalmente no que diz respeito ao descrito no § 3º do referido artigo, que diz respeito aos pagamentos decorrentes das despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, as determinações contidas no art. 5º - A, bem como, também, no cumprimento da estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades nos pagamentos das obrigações assumidas de que trata o caput do artigo em referência. Esclarecemos, por oportuno, que a falta de regularidade de descentralização de recursos financeiros para cumprimento dessas obrigações, bem como, a falta de documentação comprobatória obrigatória que deve acompanhar as notas fiscais de produtos/serviços prestados, aliado à falta de regularidade fiscal dos fornecedores/contratados, são elementos essenciais ao não estrito cumprimento do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Entretanto, esta UJ, além de seguir fielmente o previsto no artigo descrito, tem procedimentos normativos internos para execução desses pagamento/obrigações, sempre no intuito de dar maior transparência, garantia e fidedignidade no cumprimento dessa obrigação. A Nota Fiscal de produto/serviço entregue é devidamente encaminhada ao fiscal do contrato para o devido ateste ou rejeição. Caso seja aceita recebe o devido ateste, sendo encaminhada ao setores competentes, contabilidade e posteriormente o financeiro, para a conclusão da obrigação assumida, liquidação e posterior pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e no Contrato. Esta UJ respeita, ao máximo, uma ordem cronológica referente ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, não cumprindo, em algumas oportunidades, essa ordem cronológica da em razão das dificuldades operacionais/administrativas já relatadas.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional

	Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				x	
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				x	

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x	
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x	
4	Informação e comunicação				
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x	
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x	
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x	
	Legenda dos valores				
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela UJ. O Sistema de Protocolo - SISPROT e o Sistema de Documentos - SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente,. Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas, como o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e o Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária - SIGEF.

Em abril de 2014, um novo conceito de relacionamento com o público alvo passou a ser implementado pelo Incra, envolvendo a chamada Sala da Cidadania Digital, caracterizada por um ambiente virtual que concentra em uma única interface serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, qualquer usuário poderá acessar os serviços da Sala da Cidadania através da Internet, utilizando as chaves de acesso ao ambiente virtual (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar atualização cadastral do beneficiário da reforma agrária, emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), emissão de espelho do beneficiário, solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP B e liquidação ou renegociação das dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de solicitação de emissão do comprovante de atividade rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de aproximação do Incra com o seu público alvo. Ao mesmo tempo, busca-se reduzir consideravelmente os custos de acesso aos serviços oferecidos, bem como com os deslocamentos, notadamente dos assentados.

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
e-SIC	18	18	0	40 Dias	-
Acompanhamentos de processos	269	269	0	Imediato	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf	3.721	3.721	0	Imediato	-
Aquisição de Imóveis por estrangeiros	6	6	0	Imediato	-
Aquisição de Imóveis por estrangeiros	14	14	0	Imediato	-
Certificações de peças técnicas	174	174	0	Imediato	-
Retificação de Área	04	04	0	Imediato	-
Suspensão de emissão de CCIR	04	04	0	Imediato	-
Cancelamento por descaracterização de imóvel rural	52	52	0	Imediato	-
Requerimento de Certidão para Assentado	148	148	0	Imediato	-

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
70%	85%	74%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (12.599.698,28 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 31/03/2016) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (14.892.047,20 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
100%	168%	134%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (99 - Fonte: DOF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (59 - Fonte: DOF) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
67%	100%	67%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (7135 - Fonte: SIR) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (7135 - Fonte: sir) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
90,28	857,41	376,08
Memória de cálculo:		
Índice 2015: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (921.581,41 - Fonte: WiKi) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (1.074,84 - Fonte: wiki)		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
100%	0%	0%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (24 - Fonte: Cad. Meta) multiplicado por 100.		

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)

2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,0%	291,1%	97,0%

Memória de cálculo:

Índice 2015: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (131 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (45 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos Parâmetro da previsão e meta:

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)

2015		2016
Meta	Realizado	Meta
19,5%	0,0%	4,2%

Memória de cálculo:

Índice 2015: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: Sir) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (415 - Fonte: sipra) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)

2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,0%	0,0%	0,0%

Memória de cálculo:

Índice 2015: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: sir) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (455 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
16,0%	0,0%	0,0%

Memória de cálculo:

Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (0 - Fonte: Divi Desenv,) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (415 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (58 - Fonte: wikiincra) dividido pela Meta de assentamento de famílias (362 - Fonte: Cad metas) multiplicado por 100. 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (62 - Fonte: wikiincra) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
800	416	0

Memória de cálculo:

Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (416 - Fonte: SNCCI) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SNCCI). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Cad. Metas) somado a Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (641 - Fonte: Cad. Metas), 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
	0,0%	

¹ Não existe parâmetro definido para as metas

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,0%	1,7%	0,0%
Memória de cálculo:		
Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (403 - Fonte: sir) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (24276 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte: Cad. Metas) dividido pela Meta de famílias assentadas (24638 - Fonte: Cad. Metas Sipra) multiplicado por 100. 2016: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (24276 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.		

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
19,55	26,82	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (48 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (179 - Fonte:) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (35) Fonte: Cad Metas, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (179) Fonte: 2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (179) Fonte: Div Admin		

Índice de horas de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
671%	798%	869%
Memória de cálculo:		
Índice 2015: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (1428 - Fonte: sir) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (179 - Fonte: siape)		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

9.4.1 - Acórdão Nº 1064/2015 –TCU – 2ª Câmara - Item 1.7.1.3

Exercício 2015 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	11	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	1.250.604,66	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	1

Exercício 2014- Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	17	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	2
Total de valores repassados R\$	3.093.939,78	Não prestadas	Dentro do prazo	2
			Fora do prazo	-

Exercício 2013 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	20	Prestadas	Dentro do prazo	7
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	3.314.730,35	Não prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	1

9.4.2 Acórdão Nº 1064/2015 –TCU – 2ª Câmara – Item 1.7.1.2

PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Demonstração dos resultados da execução física da ações do macroprocesso

		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2015	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	3.545	6.516
2014	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	4.731	1.593
2013	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	23.000	22.991
2012	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	5.290	30.768
2011	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	5.543	48.124

Analise

Tendo em vista os Convênios 46.000/2005, 32.000/2007, 30.000/2008 e 24.000/2011 firmados com o Governo do Estado do Ceará para realizar a regularização fundiária dos imóveis rurais da malha fundiária estadual, observa-se que houve um decréscimo na execução física destes nos últimos anos, devido a finalização de tais convênios. Atualmente estão em vigência os Convênios 30.000/2008 e 24.000/2011, sendo que o Convênio 30.000/2008 esta em fase de encerramento e os produtos deste, praticamente já foram entregues. Quanto ao Convênio 24.000/2011, no início da sua execução, ocorreram problemas com as empresas executoras, entretanto, e estes problemas vem sendo tratados pelo contratante, o Instituto Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - IDACE, buscando a sua normalização na execução. Dada a sua normalização, a UJ terá acréscimo na regularização de imóveis para os próximos exercícios.

PO07 -Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Demonstração dos resultados da execução física da ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2015	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	9.000	8.099
2014	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	15.600	11.690
2013	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	20.000	18.026
2012	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	60.000	18.454
2011	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	58.000	78.257

Analise

A ação de vistoria ao longo dos últimos cinco anos vem decrescendo significativamente, devido especialmente a fatores como a saturação das áreas a serem vistoriadas suscetíveis de desapropriação, além, da perda da capacidade operacional da UJ , e ainda, em face das diretrizes estratégicas atuais do Incra Sede, que priorizam o desenvolvimento dos assentamentos.

PO02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Demonstração dos resultados da execução física da ações do macroprocesso

		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2015	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	1.074
2014	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0
2013	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	9.608
2012	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	34.830	10.631

2011	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	12.700	3.792
------	------	--	---------------------	--------	-------

Analise

Esta ação caracteriza-se, pela existência de fases do processo de desapropriação, entretanto, estas sofrem influências internas e externas, que podem comprometer o resultado da meta no exercício. Notadamente, as questões financeiras e o trâmite do processo encaminhado no âmbito interno. A que se refere ao âmbito externo, ressalta-se as demandas dos movimentos sociais e as questões judiciais.

Devido a estas características, ultimamente, tanto a meta como os recursos ficaram centralizadas no Incra Sede.

0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Demonstração dos resultados da execução física da ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2015	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	800	416
2014	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	486	185
2013	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	326
2012	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	757	2.355
2011	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	4.645	1.120

Análise

O crédito instalação era composto das modalidades Apoio Inicial, Aquisição Material de Construção, Recuperação Material de Construção, Fomento, Adicional Semi-árido e Reabilitação do Crédito de Produção. Ressalta-se que as modalidades do Crédito Aquisição e Recuperação de Material de Construção foram transferidas para o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, neste contexto, destaca-se que em 2013, tendo em vista a Portaria 352/P/INCRA/2013, que determinou o recolhimento de todos os recursos existentes nas contas das associações. As atividades voltaram-se para as atividades de aplicação dos recursos restabelecidos.

Em 2015, as antigas modalidades se consolidaram, no chamado Novo Crédito Instalação, nas modalidades Apoio Início I e II, Fomento Operação I e II e Fomento Mulher, que se encontram em fase de implantação.

PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Demonstração dos resultados da execução física da ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2015	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	1.548
2014	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	143	1.054
2013	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	138	503
2012	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	122	141
2011	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	157	294

Análise

O resultados desta ação convergem para estruturação espacial dos assentamentos, sendo uma ação de suma importância para o desenvolvimento dos assentamentos estando alinhados as diretrizes estratégicas atuais do Incra Sede, que priorizaram o desenvolvimento dos assentamento. implicando no crescimento da execução desta atividade.